

1.8.3 Propostas de Resolução pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2012

Primeira resolução

Aprovação do relatório de gestão e da demonstração de resultados anuais

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados anuais, do relatório de gestão do Conselho de Administração sobre o corrente exercício, assim como do relatório dos Revisores Oficiais de Contas, aprovou em todas as suas disposições o relatório de gestão do Conselho de Administração.

A Assembleia-geral aprovou a demonstração de resultados do exercício de 2011, que ressaltam um lucro de 288 385 381,45 Euros.

Segunda resolução

Aprovação da demonstração de resultados consolidados

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados consolidados do grupo BANQUE PSA FINANCE, dos comentários do Conselho de Administração assim como do relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a demonstração de resultados consolidados, aprovou as demonstrações de resultados consolidados do exercício de 2011, tal como lhes foi apresentado.

Terceira resolução

Afectação do resultado

A Assembleia Geral constata que o lucro distribuível, constituído pelo benefício do lucro do ano 2011 ascende o valor de EUR 288 385 381,45, mais os lucros acumulados do ano anterior de EUR 982 283 831,56, atinge a soma global de 1 270 669 213,01 eur.

Ela decide afectar o lucro distribuível da seguinte forma:

- às acções	171 864 000,00 Euros
- às reserva de centralização	1 085 816,63 Euros
- novamente ao transporte	1 097 719 397,38 Euros

O dividendo de 15,50 Euros por acção, será posto a pagamento, resultado da Assembleia-geral, a 20 de Abril de 2012.

A Assembleia-geral tomou nota que a título dos exercícios de 2008, 2009, e 2010 os dividendos entregues foram respectivamente de 12,90 Euros, 12,60 Euros e de 14,00 Euros e que foram elegíveis respectivamente ao abatimento de 40%.

Quarta resolução

Renovação do mandato de Administrador

A Assembleia-geral com a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato de administrador da sociedade PEUGEOT, S.A, por uma duração de 6 anos até à Assembleia Geral convocada em 2018 para aprovação das contas do ano 2017.

Quinta resolução

Renovação dos mandatos dos Revisores Oficiais de Contas titulares e seus substitutos

A Assembleia-geral decidiu renovar, pela duração de 6 exercícios, até à Assembleia geral convocada para 2018, para aprovação das contas do ano 2017, o mandato do gabinete de revisores oficiais de contas Mazards, com sede em Courbevoie (92400), 61 rue Henri Régnault, assim como do Sr. Guillaume POTEL, com domicílio em Courbe 92400, 61 rue Henri Régnault, como revisor suplente.

Sexta resolução

Renovação dos mandatos dos Revisores Oficiais de Contas titulares e seus substitutos

A Assembleia-geral decidiu renovar, pela duração de 6 exercícios, até à Assembleia geral convocada para 2018, para aprovação das contas do ano 2017, o mandato do gabinete de revisores oficiais de contas Ernest & Young Audit, com sede em Paris la Defense (92037), 1 Place des Saisons, assim como a sociedade PICARLE, com domicílio em Paris la Defense 92037, 11 allée de l'arche, Fuabourg de L'archet, como revisor suplente.

Sétima resolução

A Assembleia-geral, após ter ouvido a leitura do relatório especial dos revisores Oficiais de Contas sobre as convenções regulamentares, aprovou este relatório.

2

Contas Consolidadas para os Exercícios de Fecho de 31 de Dezembro de 2011 e 2010

2.1 Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a demonstração de resultados consolidados	60
2.2 Balanço Consolidado	61
2.3 Demonstração de resultados de contas consolidadas	62
2.4 Resultado líquido e Ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios	63
2.5 Quadro de variação de capitais próprios consolidados e de juros minoritários	63
2.6 Notas de fluxo de tesouraria consolidados	65
2.7 Notas sobre os estados financeiros consolidados nos exercícios de fecho de 2010 e 2011	67

2.1 RELATÓRIO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS FECHO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos accionistas,

No cumprimento da missão de que fomos incumbidos pela vossa Assembleia Geral, apresentamos o nosso relatório relativo ao fecho do exercício em 31 Dezembro de 2011:

- o controlo das contas consolidadas do Banque PSA Finance conforme se encontram anexadas ao presente relatório.
- a justificação das nossas apreciações.
- a verificação específica prevista pela lei.

As contas consolidadas foram fechadas pelo Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional sobre as mesmas, baseada na nossa auditoria.

I.OPINIÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas do exercício profissional aplicadas em França; estas normas exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria consiste na verificação numa base de amostragem ou pela utilização de outros métodos de selecção dos elementos justificando as quantias e informações constantes nas demonstrações financeiras. Consiste igualmente na apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e a apreciação de ser adequada a sua apresentação. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião

Certificamos que as demonstrações financeiras consolidadas, estabelecidas em conformidade aos princípios aplicados em França de maneira geral, são regulares e sinceras e apresentam de forma verdadeira e apropriada o património, a posição financeira e o resultado do conjunto constituído pelas empresas incluídas na consolidação.

II.JUSTIFICAÇÃO DAS NOSSAS APRECIACÕES

As estimativas contabilísticas contribuindo para a preparação dos estados financeiros em 31 de Dezembro de 2011, foram realizadas num ambiente incerto, ligado à crise das finanças públicas de certos países da zona euro (em particular a Grécia), que está acompanhada por uma crise económica e de liquidez, o que torna difícil a apreensão das perspectivas económicas. É neste contexto que na aplicação das disposições do artigo L. 823-9 do código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, trazemos ao vosso conhecimento os seguintes elementos:

O aprovisionamento do risco de crédito constitui um domínio de estimativa contabilística significativa em toda a actividade bancária particularmente no contexto actual de crise económica: a vossa sociedade constitui provisões para cobrir os riscos de crédito inerentes às suas actividades (Nota 2 § C.6.4, 8 e 33 do anexo).

No quadro da nossa apreciação destas estimativas, recebemos os processos colocados pela direcção assim como a sua adaptação ao ambiente da crise financeira para identificar os riscos, avaliá-los e determinar o seu nível de cobertura por apreciações individuais de carteira.

As apreciações que apresentamos sobre estes elementos inscrevem-se no quadro do arranque da auditoria que traz sobre as contas consolidadas consideradas no seu todo e que contribuíram à formação da opinião exprimida sem reservas na primeira parte deste relatório.

III.VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA

Procedemos igualmente à verificação, de acordo com as normas do exercício profissional aplicáveis em França, à verificação específica prevista por lei das informações dadas no relatório sobre a gestão do grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e concordância com as contas consolidadas das informações dadas.

Courbevoie e Paris-La Défense, 15 de Fevereiro de 2012

Os Revisores Oficiais de Contas

ERNST & YOUNG Audit

Mazars S.A.

Luc Valverde

Anne Veaute

2.2 BALANÇO CONSOLIDADO

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Activo		
Caixa, Bancos Centrais, CCP (nota 3)	23	20
Activos financeiros no justo valor por resultado (nota 4)	1 204	788
Instrumentos derivados de cobertura (nota 5)	389	183
Activos financeiros disponíveis com a venda (nota 6)	2	2
Empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (nota 7)	859	1 391
Empréstimos e créditos com clientes (notas 8, 33 e 36)	24 314	23 411
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 9)	73	80
Activos financeiros delidos até ao vencimento	-	-
Activos de impostos correntes (nota 35.1)	8	27
Activos de impostos diferidos (nota 35.1)	149	174
Contas de regularização e activos diversos (nota 10)	612	543
Participações nas empresas coligadas (nota 11)	62	54
Imobilizações corpóreas (nota 12)	15	14
Imobilizações incorpóreas (nota 12)	91	92
Diferença de aquisição (nota 13)	83	83
Total do Activo (Nota 36)	27 884	26 862
Passivo		
Bancos Centrais, CCP	-	-
Passivos financeiros no justo valor por resultado (nota 14)	5	21
Instrumentos derivados de cobertura (nota 15)	181	214
Dívidas para com instituições de crédito (nota 15 e 36)	4 985	6 263
Dívidas com clientes (nota 17)	342	339
Dívidas representadas por um título (nota 18 e 36.1)	16 889	15 001
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 19)	185	46
Passivos de impostos correntes (nota 35.1)	34	60
Passivos de impostos diferidos (nota 35.1)	441	502
Contas de regularização e passivos diversos (nota 20)	1 052	824
Provisões técnicas dos contratos de seguro (Nota 21.1)	27	17
Provisões (nota 22)	46	57
Dívidas subordinadas	-	-
Capitais próprios	3 697	3 518
Capitais próprios parte do grupo	3 667	3 493
- Capital e reservas associadas	835	835
- Reservas consolidadas	2 571	2 341
- Ganhos ou perdas contabilizadas directamente em capitais próprios	(84)	(71)
- Resultado do exercício	345	388
Interesses minoritários	30	25
Total do Passivo (nota 36)	27 884	26 862

2.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Juros líquidos sobre operações com clientes (Nota 36.2)	1 584	1 398
Juros e proveitos de custo amortizado (Nota 27 e 36.3)	1 619	1 591
Variação do justo valor dos créditos cobertos em risco de taxas (Nota 23.5)	(7)	(128)
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura (Nota 28)	(76)	(242)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (Notas 23.2 e 23.5)	12	128
Juros e encargos assimilados	(4)	(3)
Outros proveitos e encargos (Nota 29)	40	52
Juros e proveitos líquidos de colocação (Nota 36.2)	28	8
Juros e dividendos sobre títulos de colocação	25	8
Variação do justo valor dos títulos com opção justo valor (Nota 23.6)	-	-
Ganhos/Perdas sobre operações das carteiras de colocação	3	-
Despesas de aquisição	-	-
Custo líquido do refinanciamento (Nota 36.2)	(738)	(567)
Juros e proveitos sobre operações interbancárias	17	17
Juros e empréstimos junto das instituições de crédito (Nota 30)	(180)	(179)
Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título (Nota 31)	(559)	(379)
Encargos sobre compromissos de financiamento recebidos	(44)	(71)
Variação do justo valor do refinanciamento coberto em risco de taxas (Nota 23.5)	(139)	6
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura	52	64
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (Nota 23.5)	139	(7)
Variação do justo valor do refinanciamento com opção justo valor (Nota 23.6)	-	-
Despesas de emissão	(24)	(18)
Ganhos e perdas líquidas sobre operações trading	(3)	-
Operações de taxas (Nota 23.6)	(5)	(1)
Operações de câmbios	2	1
Ganhos e perdas líquidas sobre activos financeiros disponíveis à venda	1	-
Margem sobre prestações de serviços de seguro (Nota 21.3)	77	45
Prémios adquiridos	98	58
Custos de benefícios	(21)	(13)
Margem sobre outras prestações de serviços	83	116
Proveitos	117	143
Encargos	(34)	(27)
Proveito Líquido Bancário (Nota 36.2 e 36.3)	1 032	1 000
Encargos gerais de exploração (Notas 32)	(367)	(347)
- Pessoal	(146)	(140)
- Outros encargos gerais de exploração	(221)	(207)
Dotações para amortizações e depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas	(17)	(16)
Ganhos e perdas sobre activos imobilizados	(1)	(1)
Resultado bruto de exploração	647	636
Custos do risco (Notas 33, 36.2 e 36.3)	(115)	(129)
Resultado de exploração (Nota 36.2 e 36.3)	532	507
Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas	3	2
Variação do valor das diferenças de aquisição	-	-
Encargos sobre compromissos sociais (Nota 22.1 E)	(3)	(3)
Proveitos sobre compromissos sociais (Nota 22.1 E)	2	5
Outros elementos fora da exploração (Nota 34)	-	23
Resultado antes do imposto	534	534
Imposto sobre os lucros (Nota 35.2 e 35.3)	(180)	(140)
Resultado líquido	354	394
- Dos quais interesses minoritários	9	6
- Dos quais parte do Grupo	345	388
Resultado por acção (em euros)	31,2	35,1

2.4 Resultado líquido e ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Resultado líquido	354	394
Diferenças de conversão	(17)	80
- dos quais interesses minoritários	(1)	-
Reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura (1)	2	3
Impostos diferidos (1)	(1)	(1)
Total de ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios, de imposto líquido	(16)	82
Total do resultado líquido de ganhos e perdas contabilizados directamente em capitais próprios, de imposto líquido	338	476
- dos quais interesses minoritários	8	6
- dos quais parte do grupo	330	470

(1) Os montantes constatados em capitais próprios a título de cobertura de Cash Flow Hedge, como o imposto diferido associado, são reciclados em resultado quando o elemento coberto impacta o resultado.

2.5 QUADRO DE VARIAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS E DOS JUROS MINORITÁRIOS

(em milhões de euros)	Capital e reservas associadas (1)								
	Capital	Prémios de emissão, de contribuição e de fusão	Reserva legal e outras reservas	Reservas consolidadas	Ganhos e perdas contabilizados directamente em capitais próprios	Resultado líquido parte do Grupo	Capitais próprios parte do Grupo	Capitais próprios parte das minorias	Total capitais próprios consolidados
Capitais próprios em 31 Dezembro 2009	177	340	318	2 131	(153)	350	3 163	16	3 179
Aumento de capital (2)								3	3
Efeito das variações do perímetro (3)				(1)			(1)	1	-
Afectação do resultado do exercício precedente				210		(350)	(140)	-	(140)
Resultado antes da afectação				-		388	388	6	394
Diferença de conversão					80		80	-	80
Reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura (4)					3		3	-	3
Imposto diferido sobre reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura					(1)		(1)	-	(1)
Capitais próprios em 31 Dezembro 2010	177	340	318	2 340	(71)	388	3 492	26	3 518
Afectação do resultado do exercício precedente				233		(388)	(155)	(3)	(158)
Resultado antes da afectação				-		345	345	9	354
Diferença de conversão					(16)		(16)	(1)	(17)
Reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura (4)					2		2	-	2
Imposto diferido sobre reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura					(1)		(1)	-	(1)
Outros				(2)	2		-	(1)	(1)
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	177	340	318	2 571	(84)	345	3 667	30	3 697

O capital social de 177 milhões de euros, integralmente liberado, é composto por 11 088 000 acções emitidas. Não houve movimento sobre o exercício.

- (1) Compreende o capital, os prémios e reservas da sociedade mãe (anexo 18 do relatório de contas da Variação dos capitais próprios).
- (2) Primeiro aumento de capital de 6 milhões de euros em Janeiro de 2010 (5,3 milhões pelo Banque PSA Finance e 0,7 milhões pela Peugeot S.A.), e segundo aumento de capital de 11 milhões de euros em Dezembro de 2010 (9,2 milhões pelo Banque PSA Finance e 1,8 milhões pela Peugeot S.A.) da filial PSA Assurance S.A.S detida a 90% em 2010 contra 99,99% em 2009.
- (3) O impacto do aumento da participação da Peugeot S.A. na filial PSA Assurance S.A.S. sobre a repartição de reservas entre parte do grupo e parte dos minoritários de 1 milhão de euros.
- (4) Compreende as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados utilizados na cobertura dos fluxos de tesouraria, principalmente as swaptions. O valor intrínseco das swaptions vencidas sobre a duração da swap externa colocada na cobertura do crédito (no quadro da cobertura do justo valor). A parte de resultados constatada sobre o

De acordo com a alteração IAS 1 – Informações sobre o capital, as informações pedidas estão demonstradas no parágrafo "Gestão do capital" do relatório de gestão.

2. Resultados consolidados

Os fundos próprios consolidados estabelecidos no regulamento nº 90-02 do Comité de Regulação Bancária e Financeira são calculados da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2011	30/06/2011	31/12/2010
Fundos próprios de base			
Capitais próprios consolidados publicáveis	3 697	3 528	3 518
Comparação das sociedades de seguros: parte das minoritárias	(9)	(7)	(5)
Capitais próprios consolidados regulamentares (1)	3 688	3 521	3 513
Mais valias latentes sobre coberturas de fluxo de tesouraria	(8)	(15)	(7)
Distribuição previsional Grupo PSA PEUGEOT CITROËN	(172)	(70)	(155)
Distribuição previsional minoritária	-	-	-
Imobilizações incorpóreas	(59)	(59)	(59)
Diferenças de aquisição	(83)	(83)	(83)
Total de fundos próprios de base	3 366	3 294	3 209
Dedução dos fundos próprios de base			
Participações nos estabelecimentos de crédito	(2)	(2)	(2)
Participações nas sociedades de seguros	-	-	-
Títulos das sociedades comparadas	(147)	(117)	(103)
- das quais sociedades de seguros	(85)	(52)	(48)
Total das deduções	(149)	(119)	(105)
Fundos próprios prudenciais	3 217	3 175	3 104
Dedução dos fundos próprios prudenciais: Perda esperada vs Provisão contabilística	Não disponível	(229)	(250)
Fundos próprios prudenciais Bâle II	Não disponível	2 946	2 854
(cf. "Fundos próprios prudenciais" do relatório de gestão)			
Taxas Bâle II	Não disponível	14,44%	14,21%

(1) Para o cálculo dos fundos próprios regulamentares, as sociedades de seguros são equiparadas.

2.6 QUADRO DOS FLUXOS DE TESOUREARIA CONSOLIDADOS

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
LUCROS LÍQUIDOS DO BANQUE PSA FINANCE	345	388
Juros minoritários incluídos nos resultados das filiais consolidadas	9	6
Resultado líquido das sociedades equiparadas, líquido dos dividendos recebidos	(3)	(2)
Variação de outras provisões e amortizações	28	28
Variação dos impostos diferidos	(39)	(47)
Resultado das cessões	-	(23)
MARGEM BRUTA DE AUTO-FINANCIAMENTO	340	350
Entradas e saídas de caixa associados a		
- empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	67	(22)
- dívidas relativas aos estabelecimentos de crédito	(1 282)	(1 212)
Variação dos créditos sobre clientes	(977)	(514)
Entradas e saídas de caixa associados a		
- dívidas relativas aos clientes	3	(31)
- activos financeiros no justo valor por resultado	(126)	(55)
- passivos financeiros no justo valor por resultado	(16)	54
- instrumentos derivados de cobertura	(239)	(152)
- dívidas representadas por um título	2 102	1 637
Variação de outros activos de exploração	(92)	(8)
Variação de outros passivos de exploração	237	110
Total do fluxo líquido da tesouraria geral por actividade operacional	17	157
Saídas de caixa associadas às aquisições de filiais	-	(39)
Saídas de caixa associadas às aquisições de imobilizações	(27)	(25)
Entradas associadas às cessões de imobilizações	8	57
Efeito das variações do perímetro	-	3
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações de investimento	(19)	(4)
Dividendos entregues ao grupo PSA PEUGEOT CITROËN	(155)	(140)
Dividendos entregues aos minoritários	(3)	-
Aumento de capital	-	3
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações financeiras	(158)	(137)
Efeitos das variações de câmbio	(2)	11
Variação da tesouraria	(162)	27
Tesouraria no começo do exercício	1 316	1 289
Caixa, bancos centrais CCP	20	99
Contas correntes e empréstimos diários	1 296	1 190
Partes da OPCVM, qualificadas como equivalente de tesouraria	-	-
Tesouraria no final do exercício	1 154	1 316
Caixa, bancos centrais CCP	23	20
Partes da OPCVM, qualificadas como equivalente de tesouraria	831	1 296
Contas correntes e empréstimos diários	300	-

2.7 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Notas Anexas

Nota 1 Estrutura do Grupo	68
Nota 2 Princípios Contabilísticos	70
Nota 3 Caixa, Bancos Centrais, CPP	77
Nota 4 Activos financeiros no justo valor por resultado	77
Nota 5 Instrumentos derivados de cobertura – activos	77
Nota 6 Activos financeiros disponíveis à venda	78
Nota 7 Empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	78
Nota 8 Empréstimos e créditos com clientes	79
Nota 9 Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas	81
Nota 10 Contas de regularização e activos diversos	81
Nota 11 Participações nas sociedades equiparadas	81
Nota 12 Imobilizações corpóreas e incorpóreas	82
Nota 13 Diferenças de aquisição	82
Nota 14 Passivos financeiros no justo valor por resultado	82
Nota 15 Instrumentos derivados de cobertura - passivos	83
Nota 16 Dívidas para com instituições de crédito	83
Nota 17 Dívidas com clientes	84
Nota 18 Dívidas representadas por um título	85
Nota 19 Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas	86
Nota 20 Contas de regularização e passivos diversos	86
Nota 21 Actividades de seguros	87
Nota 22 Provisões	89
Nota 23 Instrumentos financeiros a prazo	92
Nota 24 Vencimentos e riscos de liquidez	97
Nota 25 Justo valor dos activos e passivos financeiros	99
Nota 26 Outros compromissos	100
Nota 27 Juros e proveitos de custo amortizado	101
Nota 28 Juros dos instrumentos financeiros de cobertura do financiamento ao cliente	101
Nota 29 Outros proveitos e encargos	102
Nota 30 Juros sobre empréstimos junto das instituições de crédito	102
Nota 31 Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título	102
Nota 32 Encargos gerais de exploração	103
Nota 33 Custo do risco	104
Nota 34 Outros elementos fora da operação	106
Nota 35 Imposto sobre os lucros	106
Nota 36 Informação sectorial	108
Nota 37 Honorários dos Revisores Oficiais de Contas	111
Nota 38 Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício	111

A. Evolução do perímetro

A 24 de Fevereiro de 2010, sucursal alemã do Banque PSA Finance procedeu ao resgate antecipado dos créditos em 2004 ao Compartimento 2004-1 do Fonds Commun de Créances Auto ABS, dos quais as contas correntes não ultrapassaram os 100 milhões de euros. Em consequência procedeu-se à liquidação antecipada deste compartimento. O fundo comum de créditos foi consolidado e esta operação é neutra relativamente às contas consolidadas do grupo Banque PSA Finance.

A 11 de Setembro de 2009, o Banque PSA Finance adquiriu 98% do AIG Bank Rus, do qual 50% por intermédio da sua filial holandesa PSA Financial Holding B.V., denominada Banque PSA Finance Rus, tendo a seu cargo o desenvolvimento da actividade do Banque PSA Finance na Rússia. Esta foi consolidada por integração global desde Março de 2010; foi constatada uma diferença de aquisição pelo montante de 1,7 milhões de euros. Em Maio de 2010, o Banque PSA Finance comprou 15% à sua filial holandesa, obtendo assim a sua participação directa na filial russa de 48 a 63%. Esta transferência, feita na base do valor histórico dos títulos, é neutra na demonstração de resultados consolidados do grupo Banque PSA Finance.

A 13 de Abril de 2010, as duas filiais brasileiras do Banque PSA Finance começaram a ceder créditos de financiamento automóvel e créditos correspondentes a alugueres futuros de contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira ao Fonds d'Investissement en Droits de Créances (FIDC) num total de 695 milhões de euros no final de Dezembro de 2011 (551 milhões de euros no final de Dezembro de 2010). A estrutura do FIDC é um "Open-end fund" que permite cessões sucessivas de créditos a clientes, conforme o acordado com o Banco Santander. O fundo emitiu partes seniores subscritas pelo Banco Santander (elevando-se a 90%) e partes subordinadas subscritas pelas filiais brasileiras do Banque PSA Finance (elevando-se a 10%). As filiais brasileiras conservam o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos cedidos aos fundos. Em consequência, este último foi consolidado por integração global desde Abril de 2010.

A 25 de Maio de 2010, o Banque PSA Finance adquiriu, por intermediário da sua filial holandesa PSA Finance Nederland B.V., 50% suplementares da sua filial chinesa Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Ltd., apesar de detida a 75%. No entanto, dada a partilha no governo com o parceiro chinês, o Banque PSA Finance não exerce o controlo exclusivo. Em consequência esta filial continua a ser equiparada.

A 25 de Novembro de 2010, a sucursal alemã PSA Finance cedeu ao compartimento 2010-1 do Fonds Commun de Tritrisation (FCT) Auto ABS créditos por um montante de 680,3 milhões de euros correspondentes aos futuros alugueres e aos valores residuais dos contratos de aluguer de longa duração. O fundo emitiu obrigações da classe A anotadas AAA (500 milhões de euros), obrigações de classe B (79,9 milhões de euros) e de classe C (100,4 milhões de euros). A sucursal conserva o essencial dos resultados operacionais, associadas aos créditos cedidos ao fundo. Em consequência, este último foi consolidado por integração global desde Novembro de 2010.

Afim de acompanhar o desenvolvimento da nossa actividade de seguros em Malta, o Banque PSA Finance procedeu a dois aumentos de capital da filial holding em França PSA Assurances S.A.S., a primeira em 6 milhões de euros em Janeiro de 2010 (5,3 milhões pelo Banque PSA Finance e 0,7 milhões pela Peugeot S.A.) e a segunda em 11 milhões de euros em Dezembro de 2010 (9,2 milhões pelo Banque PSA Finance e 1,8 milhões pela Peugeot S.A.). A PSA Assurances S.A.S. é no entanto detida pela PSA Finance a 90%.

Na sequência da cessão do imóvel detido e gerido pela GIE Foncier Crédipar em Levallois-Perret, este último foi liquidado em Dezembro de 2010.

Em 24 de Junho de 2011, a sucursal espanhola do Banque PSA Finance procedeu ao resgate antecipado dos créditos cedidos em 2009 ao compartimento 2009-1 do Fundo de Titulação dos Activos Auto ABS. Foi executado em consequência à liquidação antecipada deste compartimento. Sendo consolidado o fundo comum de créditos, esta operação é neutra em relação às contas consolidadas do grupo Banque PSA Finance.

Em 20 de Julho de 2011, a Crédipar cedeu 1,050 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao compartimento 2011-1 do Fundo Comum de Titulação (FCT) Auto ABS. O compartimento emitiu obrigações de classe A anotadas AAA/Aaa (956 milhões de euros) e obrigações de classe B (94 milhões de euros). A filial conserva o essencial dos resultados operacionais ligadas aos créditos cedidos ao fundo. Em consequência, este último foi consolidado por integração global desde Julho de 2011.

Em Julho de 2011, o Banque PSA Finance resgatou à AIG Bank Rus os 2% residuais, sendo a sua participação directa de 65%, a participação indirecta através da sua filial holandesa PSA Financial Holding B.V. de 35% não foi alterada.

Em 25 de Novembro de 2011, a sucursal alemã do Banque PSA Finance cedeu 800 milhões de euros de créditos de financiamento ao compartimento 2011-2 do Fundo Comum de Titulação (FCT) Auto ABS German loans. O fundo emitiu obrigações Sénior de classe A anotadas Aaa/AAA (720 milhões de euros) e obrigações Júnior de classe B (80 milhões de euros). A sucursal conserva o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos cedidos ao fundo. Em consequência, este último foi consolidado por integração global desde Novembro de 2011.

B. Lista das sociedades consolidadas

		Participação directa		Participação indirecta da Banque PSA Finance	% juros em 31 de Dezembro	
Sociedades	Países	%	%	Detido por	2011	2010
SUCURSAIS						
Sucursal na Alemanha	Alemanha	-	-		-	-
Sucursal na Austria	Austria	-	-		-	-
Sucursal em Espanha	Espanha	-	-		-	-
Sucursal em Itália	Itália	-	-		-	-
Sucursal na Polónia	Polónia	-	-		-	-
Sucursal em Portugal	Portugal	-	-		-	-
Sucursal no Reino Unido	Reino Unido	-	-		-	-
SOCIEDADES INTEGRADAS POR INTEGRAÇÃO GLOBAL						
Financiamento de vendas em França						
Crédipar	França	100	-		100	100
CLV	França	-	100	Crédipar	100	100
Sofib	França	100	-		100	100
Sofira	França	98	-		98	98
Financiamento das vendas no estrangeiro						
BPF Algérie	Argélia	2	98	PSA Financial Holding B.V.	100	100
PSA Finance Argentina Companhia Financeira S.A.	Argentina	50	-		50	50
PSA Finance Benelux	Bélgica	5,25	94,75	PSA Financial Holding B.V.	100	100
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Brasil	100	-		100	100
PSA Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	100	-		100	100
PSA Financial d.o.o.	Croácia	-	100	PSA Financial Holding B.V.	100	100
PSA Finance Hungaria Zrt.	Hungria	2,44	97,56	PSA Financial Holding B.V.	100	100
PSA Renting Itália S.p.A.	Itália	100	-		100	100
Banque PSA Finance México SA DE CV SOFOL	México	2,52	97,48	PSA Finance Nederland B.V.	100	100
PSA Finance Nederland B.V.	Holanda	-	100	PSA Financial Holding B.V.	100	100
PSA Finance Polska Sp.zo.o.	Polónia	100	-		100	100
PSA Gestão Comércio e Aluguer de Veículos	Portugal	97	1	PSA Financial Holding B.V.	98	98
PSA Finance Ceska Republika S.r.o.	República Checa	0,02	99,98	PSA Financial Holding B.V.	100	100
PSA Wholesale Ltd	Reino Unido	100	-		100	100
Bank PSA Finance Rus	Rússia	65	35	PSA Financial Holding B.V.	100	98
PSA Finance Slovakia	Slováquia	0,16	99,84	PSA Financial Holding B.V.	100	100
BPF Financiranje d.o.o.	Slovénia	-	50	PSA Financial Holding B.V.	50	50
PSA Finance Suisse S.A.	Suíça	82,35	17,65	PSA Financial Holding B.V.	100	100
BPF Pazarlama A.H.A.S.	Turquia	100	-		100	100
Seguros						
PSA Assurance S.A.S.	França	90	-		90	90
PSA Services Ltd	Malta	0,01	99,99	PSA Assurance S.A.S.	90	90
PSA Assurance S.A.S.	Malta	0,01	99,99	PSA Services Ltd	90	90
PSA Life Insurance Ltd	Malta	0,01	99,99	PSA Services Ltd	90	90
Outras Sociedades						
Finaciére Greffulhe S.A.S.	França	-	100	Crédipar	100	100
SNDA	França	100	-		100	100
PSA Factor Itália S.p.A	Itália	-	94,54	Sucursal em Itália	94,54	94,54
PSA Finance S.C.S.	Luxemburgo	100	-		100	100
PSA Financial Holding B.V.	Holanda	100	-		100	100
Peugeot Finance International N.V.	Holanda	100	-		100	100
Vernon Wholesale Investment Company Ltd	Reino Unido	-	100	PSA Wholesale Ltd	100	100
Entituladas ad hoc						
FCC Auto ABS-Compartiment 2006-1	França	-	-		100	100
FCC Auto ABS-Compartiment 2007-1	França	-	-		100	100
Auto ABS S.r.l.-Compartiment 2007-2	Itália	-	-		100	100
FCC Auto ABS-Compartiment 2008-1	França	-	-		100	100
Fonds de Titrisation d'Actifs Auto ABS 2009-1	Espanha	-	-		100	100
Fonds d'Investissement en droits de Créances	Brasil	-	-		100	-
FCT Auto ABS	França	-	-		100	-
Sociedades Equiparadas						
Dongfen Peugeot Citroën Auto Finance Company Ltd	China	-	75	PSA Finance Nederland B.V.	75	75

Nota 2 – Princípios contabilísticos

Na aplicação do Regulamento europeu CE nº 1606/2002 de 9 de Julho de 2002 sobre a aplicação das normas contabilísticas internacionais a partir de 1 de Janeiro de 2005, o grupo PSA Finance estabeleceu as suas contas consolidadas a título de fecho do exercício a 31 de Dezembro de 2011 de acordo com o referencial IFRS (International Financial Reporting Standards), tal como adoptado na União europeia e de aplicação obrigatória nesta data.

O referencial IFRS abrange os nomes as normas IFRS, as normas IAS International Accounting Standard), bem como as suas interpretações IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) e SIC (Standing Interpretations Committee).

As normas e interpretações aplicadas são idênticas às aplicadas em 31 de Dezembro de 2010, complementadas pelas normas e interpretações das quais a aplicação é obrigatória pela primeira vez em 2011.

Novas normas contabilísticas IFRS e interpretações IFRIC de aplicação obrigatória ao exercício aberto a 1 de Janeiro de 2011

Em 31 de Dezembro de 2011, os novos textos de aplicação obrigatória numa União europeia e aplicados pela primeira vez pelo grupo Banque PSA Finance são os seguintes:

- Plano de melhoramento anual IFRS: entre as emendas resultantes do plano de melhoramento, adoptado pela União europeia, só as modificações relativas à IFRS 7 – Instrumentos financeiros, informações a dar, são susceptíveis de ter um impacto sobre as notas anexas do Banque PSA Finance; a este título, a pertinência das interações entre as informações quantitativas e qualitativas foram notoriamente verificadas.

Os outros novos textos de aplicação obrigatória na União europeia não dizem respeito ao Grupo.

Novas normas IFRS e interpretações IFRIC de aplicação posterior à abertura do exercício a 1 de Janeiro de 2011

Aplicadas por antecipação, de acordo com as recomendações do AMF sobre o final de 2011

As informações pedidas pelas duas emendas seguintes, que tinham sido já fornecidas em grande parte dos exercícios anteriores, puderam ser completadas:

- **Emenda IFRS 7** – Instrumentos financeiros, informações a dar, que trata das transferências de activos: aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2012;

- **Emenda IAS 1** – Apresentação de outros produtos e encargos contabilizados directamente em capitais próprios: aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2013, sujeito a adaptação pela União europeia.

Sujeito à sua adaptação pela União europeia, os textos seguintes são aplicáveis a contar de 1 de Janeiro de 2013.

Nenhuma aplicação antecipada está prevista.

O impacto potencial dos principais textos publicados pelo IASB ou IFRIC, mas não tendo ainda sido objecto de uma adopção pela União europeia na data de fecho, está no decurso de análise.

- **IFRS 13** – Avaliação ao justo valor, que precisa como determinar o justo valor com a sua aplicação foi já imposta ou admitida numa outra norma IFRS: sem impacto esperado sobre a informação publicada pelo Banque PSA Finance;

- **Emenda IAS 19** – Vantagens ao pessoal, que suprime a possibilidade de aplicar o método do corredor, o que conduz a contabilizar o conjunto das diferenças actuariais directamente em capitais próprios, e que caso contrário modifique certas modalidades de cálculo do encargo de reforma.

- **IFRS 10** – Estados financeiros consolidados e as **emendas IAS 27** – Estados financeiros separados que substituirão a actual **norma IAS 27** – Estados financeiros consolidados e individuais. Estes textos introduzem uma nova definição do controlo com base no poder, a exposição (dos direitos) aos rendimentos variáveis, e a capacidade de exercer este poder afim de influenciar sobre os rendimentos;

-**IFR 11**– Parcerias, e **emendas IAS 28** – Participações nestas empresas coligadas e de empresas conjuntas, que substituem a actual **norma IAS 28** – Empresas coligadas. Estes textos prevêem essencialmente dois tratamentos contabilísticos distintos:

As parcerias qualificadas de **operações conjuntas** ("joint operations") serão contabilizadas á altura das cotas partes de activos, de passivos, de produtos e encargos controlados pelo Grupo. Uma operação conjunta pode ser realizada através de um simples contrato ou através de uma entidade jurídica controlada conjuntamente.

Os parceiros qualificados de **coentreprises** ("joint ventures"), porque dão unicamente um controlo sobre o activo líquido, serão consolidadas segundo o método da colocação por equivalência;

-**IFRS 12**– Informações a dar sobre os juros detidos nas outras entidades. Este texto reúne o conjunto das informações a dar em anexos ao abrigo das filiais, parcerias, empresas coligadas e empresas estruturadas não consolidadas.

- **Emenda IFRS 7** – Informação a dar em anexo sobre as compensações de activos e de passivos financeiros.

Entre estes textos, os quais susceptíveis de ter um impacto são a emenda IAS 19 e IFRS 11.

Além disso, o IFRS 9, que substituirá o IAS 39 a contar de 1 de Janeiro de 2015, e que por enquanto só a frase 1 – Classificação e avaliação dos instrumentos financeiros, foi publicada, terá incidências sobre o resultado consolidado do exercício do Banque PSA Finance.

Formato dos estados financeiros:

Na ausência do modelo de apresentação imposta pelo referencial IFRS, a apresentação dos estados de síntese do grupo Banque PSA Finance, foi largamente inspirada pela Recomendação nº 2009-R.04 proposta pelo Conselho Nacional de Contabilidade relativa ao "formato de documentos de síntese dos estabelecimentos de crédito do referencial contabilístico internacional". Os estados de síntese do grupo Banque PSA Finance são apresentados de uma forma comparativa com o exercício precedente.

As demonstrações consolidadas reagrupam as demonstrações do grupo Banque PSA Finance e das sociedades francesas e estrangeiras que compõem o grupo Banque PSA Finance, segundo os princípios de consolidação expostos em "Métodos de consolidação" no parágrafo A. As demonstrações financeiras individuais sociais do Banco PSA Finance e das suas filiais e sucursais são estabelecidas com as regras de contabilidade em vigor nos países respectivos de actividade e são, por motivos de homogeneidade, processadas antes de serem consolidadas.

Os princípios contabilísticos utilizados são descritos nos parágrafos B a H.

O termo "sociedades associadas" significa todas as sociedades presentes no perímetro de consolidação do grupo PSA PEUGEOT CITROËN e integradas globalmente.

As demonstrações consolidadas anuais do grupo Banque PSA Finance assim como as notas anexas e aferentes foram fechadas pelo Conselho de Administração de 13 de Fevereiro de 2012.

A. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Métodos de consolidação

As empresas participantes das quais o Banque PSA Finance exerce directamente ou indirectamente um controlo maioritário são globalmente integradas: mesmo para todas as entidades nas quais o grupo dispõe directa ou indirectamente da maioria dos riscos e das vantagens provenientes da sua actividade (o caso das entidades ad hoc no quadro das nossas operações de titulação, que são todas consolidadas por integração global). É igualmente o caso para as sociedades detidas conjuntamente a 50%, para as quais as tomadas de decisões financeiras e operacionais são em última instância tomadas pelo Banque PSA Finance.

As demonstrações recíprocas assim como os ganhos resultantes das cessações entre as sociedades do grupo e tendo uma incidência significativa ao nível dos resultados consolidados foram eliminados.

As empresas nas quais o Banque PSA Finance detém directamente ou indirectamente uma participação entre 20 e 50% do capital e exerce uma influência notável, são equiparadas. No entanto, as sociedades nas quais o Banque PSA Finance detém mais de 50%, mas sem ter o controlo exclusivo dada a partilha do governo, são postas em equivalência (caso da filial chinesa).

Os títulos das sociedades, apesar de responderem aos critérios expostos, não são consolidados, são inscritos em activos disponíveis à venda (parágrafo C4) A consolidação dessas sociedades não teria qualquer influência relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Conversão dos valores em moeda estrangeira

No fecho do exercício, os balanços das sociedades estrangeiras são convertidos no decorrer do fecho de contas comunicadas pelo Banque Centrale Européenne (BCE). Os valores das demonstrações de resultados das sociedades estrangeiras são convertidos, mês a mês, com base no câmbio médio de cada mês.

As perdas ou ganhos resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades estrangeiras são registados directamente na reserva de conversão incluída nos capitais próprios consolidados.

Operação em divisas

A contabilização e a avaliação das operações em divisas são definidas pela norma IAS 21 – Efeitos das variações da circulação das moedas estrangeiras. Por um lado na aplicação desta norma, e por outro na regulamentação que se impõe aos bancos franceses, as operações formuladas em moeda estrangeira são contabilizadas na sua divisa de origem. A cada fecho contabilístico, os elementos do balanço em divisas estrangeiras são reavaliados no justo valor no decorrer do fecho. As diferenças de reavaliação correspondentes são registadas na demonstração de resultados, na alínea “Operações de câmbio”.

As operações em divisas são sistematicamente cobertas pela colocação de instrumentos derivados de cobertura de câmbio, contabilizados no balanço no seu justo valor a cada fim de exercício. O impacto no resultado, que compensa o das operações precedentemente descritas, encontra-se na alínea “Operações de câmbio”. Em consequência, o resultado de câmbio é estruturalmente não significativo.

Utilização de estimativas e hipóteses

A preparação dos estados financeiros de acordo com os princípios contabilísticos IAS / IFRS, requerem por parte da Direcção, considerar as estimativas e as hipóteses para a determinação dos montantes contabilizados de certos activos, passivos, proveitos e encargos bem como certas informações nas notas anexas nos activos e passivos eventuais. As estimativas e hipóteses retidas são as que a Direcção considera como sendo as mais pertinentes e realizáveis, considerando a abrangência do grupo e do retorno de experiências disponíveis.

Considerando o carácter incerto inerente a estes meios de avaliação, os montantes reais definitivos podem ter avaliações diferentes das estimadas precedentemente.

Para limitar estas incertezas, as estimativas e hipóteses são assunto de revisões periódicas; as modificações apresentadas são imediatamente contabilizadas, de acordo com a norma IAS 8 Métodos contabilísticos, mudanças de estimativas contabilísticas e erros.

A utilização de estimativas e hipóteses revela uma importância particular sobre os seguintes temas:

- justo valor dos activos e passivos ao justo valor do resultado,
- justo valor dos instrumentos derivados de cobertura,
- valor recuperável dos empréstimos e créditos aos clientes,
- diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas,
- activos de impostos diferenciados,
- valor de utilidade dos activos incorpóreos e corpóreos bem como a sua duração de utilização,
- provisões,
- compromissos de reformas.

Principais ajustamentos efectuados nas contas consolidadas

Avaliação e contabilização dos derivados, contabilização de cobertura IAS 39

Nas maior parte das contas sociais, os princípios de contabilização do justo valor requeridos pela norma IAS 39 “Instrumentos financeiros: contabilização e avaliação” não são reconhecidos. A contabilização do justo valor dos instrumentos derivados, dos activos ou de certos passivos financeiros do justo valor por resultado, bem como a tradução contabilística do método de cobertura previsto pela norma IAS 39, necessita efectuar ajustamentos nas cotas consolidadas, dos quais os princípios são detalhados no parágrafo C “Activos e passivos financeiros”.

Imposição diferida

Alguns ajustamentos realizados nas contas sociais para as harmonizar com os princípios contabilísticos adoptados na consolidação, assim como alguns deferimentos de impostos existentes nas contas sociais, podem originar diferenças temporárias entre a base tributável fiscalmente e o resultado reprocessado. De acordo com a norma IAS 12 "Impostos sobre os resultados", essas diferenças resultam na verificação de impostos diferidos nas contas consolidadas e são determinadas pelo método do diferimento variável. Sem prejuízo das perspectivas efectivas de utilização, os défices fiscais resultam na constatação de um activo de impostos diferidos sobre défices.

Não foi prevista distribuição dando lugar a um imposto não recuperável, portanto nenhum imposto diferenciado não consta deste título.

B. IMOBILIZAÇÕES

B.1 Imobilizações corpóreas

De acordo com a norma IAS 16 "imobilizações corpóreas", As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo custo da aquisição. As imobilizações corpóreas, com excepção de terrenos, foram amortizadas pelo método linear de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

Construções	20 a 30 anos
Veículos alugados	4 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10 anos

A amortização é calculada sob dedução no caso do vencimento de um valor residual. Salvo casos particulares, os valores residuais são nulos.

A duração de vida económica destes activos é revista e é objecto de um ajustamento se necessário, a cada data de paragem contabilística.

B.2 Imobilizações incorpóreas

De acordo com a norma IAS 38 "imobilizações incorpóreas", os custos de desenvolvimento das ferramentas informáticas de uso interno, para a parte relativa aos custos internos ou externos associados directamente à criação ou da melhoria das actuações são transportados para o activo do balanço já que é provável que estas despesas gerem vantagens económicas futuras. Estes custos são amortizados linearmente com a duração de utilização das ferramentas com um máximo de 12 anos. Os outros custos de aquisição e de desenvolvimento são imediatamente inscritos em encargos.

B.3 Diferenças de aquisição

As diferenças de aquisição representam a diferença entre o preço de aquisição, aumento dos custos anexos, de títulos de sociedades consolidadas e da parte do grupo no justo valor dos seus activos líquidos à data da tomada de participação. Até 31 de Dezembro de 2003, eram amortizados segundo o método linear sobre uma duração de 20 anos.

A contar do 1º de Janeiro de 2004, de acordo com a norma IFRS 3 "Reagrupamento de sociedades", as diferenças de aquisição não são amortizadas. O valor das diferenças de aquisição é examinado pelo menos uma vez por ano, bem como o aparecimento de todo o indício revelador da perda de valor (parágrafo B.4).

Diferença de aquisição da Crédipar

No âmbito da aquisição em 1998 pelo Banque PSA Finance dos 50% do capital da Crédipar S.A., detidos pela Sovac S.C.A., foi efectuada a determinação do justo valor do grupo Crédipar. Após os últimos ajustes efectuados em 1999 de acordo com a regulamentação, a diferença de aquisição inicial chega a 100 milhões de euros. É objecto de amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 75 milhões de euros.

Diferença da aquisição da Sofib

A Sofib foi comprada à PSA no 1º de Abril de 1999. A diferença de aquisição passou a 7,6 milhões de euros. É objecto das amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 6 milhões de euros.

Diferença da aquisição do Bank PSA Finance Rus

O Bank PSA Finance Rus foi adquirido a 11 de Setembro de 2009 e é objecto de uma consolidação por integração global desde Março de 2010. A diferença de aquisição eleva-se a 1,7 milhões de euros.

Diferença da aquisição do DPCA Finance Company

A aquisição a 25 de Maio de 2010 de 50% suplementares da filial chinesa Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Ltd resultou numa diferença de aquisição de 6 milhões de euros. Esta filial sendo equiparada (em resultado da partilha do governo com o parceiro chinês), a diferença de aquisição é integrada ao valor contabilístico da participação, demonstrada na alínea "Participações nas sociedades equiparadas" (cf. Nota 11).

Apreciação dos elementos do activo imobilizado

Segundo a norma IAS 36 "Apreciação dos activos" o valor da utilização das imobilizações corpóreas e incorpóreas é testado desde o aparecimento de indícios de perdas de valor, passados em revista a cada fecho. Este teste é efectuado no mínimo uma vez por ano para os activos de duração de vida indefinida, categoria limitada no caso do Grupo das diferenças de aquisição.

Para este teste, as imobilizações são reagrupadas em Unidades Gerais de tesouraria (UGT). As UGT são conjuntos homogéneos de activos dos quais a utilização continua geral das entradas de tesouraria, largamente independentes das entradas de tesouraria geral para outros grupos de activos. O valor da utilidade destas unidades é determinado pela referência aos fluxos líquidos de tesouraria actualizados. Desde que este seja inferior ao valor líquido contabilístico da UGT, uma perda de valor é registada pela diferença e imputada em prioridade sobre as diferenças de aquisição.

No Banco PSA Finance, os activos imobilizados explorados num país considerado constituem um conjunto homogéneo do activo (UGT). A aplicação de IFRS 8, não modificou a análise pelo management dos activos imobilizados e da definição da UGT, continua inalterada. No entanto, por constatar a eventual perda de valor das diferenças de aquisição, estes últimos foram objecto de um abono sectorial, pelo facto de estarem principalmente associados aos créditos a clientes submetidos à segmentação IFRS 8.

C. Activos e passivos financeiros

A avaliação e a contabilização dos activos e passivos financeiros são definidos pela norma IAS 39. Esta norma foi adoptada por partes pela Comissão Europeia em 19 de Novembro de 2004 (regulamento CE 2086/2004), completado por seis revisões, nomeadamente a relativa à opção justo valor, regulamento CE 1864/2005 publicado a 15 de Novembro de 2005 que permite adoptar para a contabilização o justo valor de certas dívidas. A opção é tomada pontualmente pelo Banque PSA Finance (parágrafo C.3)

De acordo com a possibilidade dada pela norma IAS 39, o grupo Banque PSA Finance escolheu como elemento disparador da contabilização no balanço a data de transição. Por consequência desde que um atraso separe a data de transição (compromissos) da data do regulamento, a compra ou a venda de títulos são objecto de uma contabilização no balanço /parágrafo C2 e C7.2).

O grupo Banque PSA Finance não está preocupado com as disposições da norma IAS 39 rejeitadas na sua forma actual pela Comissão Europeia ("carve out"), no que se refere à aplicação da contabilidade de cobertura de contas correntes de depósitos à vista da clientela junto dos bancos de depósitos.

C.1 Instrumentos derivados – método de cobertura

C.1.1 Princípios de registo das derivadas e coberturas

Todos os instrumentos derivados são registados no balanço no seu justo valor. Salvo a excepção relativa à cobertura, a variação do justo valor dos instrumentos derivados é registados em contrapartida da conta de resultados.

Os instrumentos derivados podem ser designados como instrumentos de cobertura na sua relação de justo valor ou de fluxos futuros de tesouraria:

- uma cobertura de justo valor permite cobrir o risco de variação de valor de todo elemento do activo ou do passivo do resultado da evolução das taxas ou do câmbio;
- uma cobertura de fluxo futuro de tesouraria permite cobrir as variações de valor dos fluxos futuros de tesouraria ligados aos activos ou aos passivos existentes ou futuros.

A contabilidade de cobertura é aplicável nas condições restritas seguintes:

- a relação de cobertura é claramente definida e documentada à data da sua colocação;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada desde a sua origem;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada igualmente à posteriori, a cada data de fecho contabilístico.

9/5/08

A aplicação da contabilidade de cobertura tem por consequência:

- no quadro de uma estratégia de cobertura de justo valor, a parte coberta dos elementos dos activos ou dos passivos é corrigida à concorrência do seu justo valor em contrapartida da demonstração de resultados ou é neutralizada pela parte eficaz da cobertura das variações simétricas do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura. Nas demonstrações financeiras, estas correcções de valor dos activos e passivos financeiros cobertos são posicionados nos pontos "Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas", respectivamente ao activo para as dívidas de créditos cobertas, ou ao passivo das dívidas cobertas.
- para as coberturas de fluxos futuros de tesouraria, a parte eficaz da variação do justo valor do instrumento de cobertura é registado directamente em contrapartida da situação líquida. Os montantes registados em situação líquida são posteriormente retomados na demonstração de resultados simetricamente na forma de contabilização em resultados dos elementos cobertos.

A parte ineficaz da variação do valor dos instrumentos de cobertura, seja qual for a estratégia, é sistematicamente registada na demonstração de resultados.

C.1.2 Apresentação das derivadas nas demonstrações de resultados

No balanço:

- O justo valor das derivadas é representada no seu montante líquido dos juros correntes não vencidos;
- O justo valor positivo das derivadas utilizadas com fins de cobertura é apresentado no activo no ponto "Instrumentos derivados de cobertura", o mesmo ponto no passivo regista o justo valor negativo das derivadas de cobertura;
- As derivadas não utilizadas com fins de cobertura são apresentadas nos pontos "Activos financeiros no justo valor por resultado" em caso de valor positivo; em caso do justo valor negativo, são apresentadas em "Passivos financeiros no justo valor por resultado".

Na demonstração de resultados:

- o efeito do resultado das variações de valores das derivadas de cobertura, utilizadas em estratégia de cobertura do justo valor, é apresentada na mesma categoria dos elementos cobertos;
- a parte ineficaz das variações do justo valor das derivadas de cobertura de fluxos futuros de tesouraria é igualmente registada no ponto "variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura";
- o efeito em resultado das variações do valor das derivadas não utilizadas com fins de cobertura, está posicionada em "Trading", com excepção:
 - das derivadas utilizadas em cobertura económica de colocações de tesouraria, dos quais a variação do valor é registado no ponto "variação do justo valor dos títulos com opção do justo valor";
 - das derivadas utilizadas em cobertura económica de certas dívidas contabilizadas em justo valor por resultado, da qual a variação do valor é registado no ponto "Variação do justo valor do refinanciamento com opção do justo valor".

C.2 Activos financeiros do justo valor por resultado

A liquidez do Banque PSA Finance, que é colocada em parte sob a forma de títulos de lucro indexado do referencial de taxas Eonia, são em geral refinanciadas por uma divisa indexada no referencial de taxas Eonia. Senão, são objecto de uma cobertura económica de swaps de taxas que as transporta à Euribor a três meses. Com uma preocupação de simplificar, são avaliadas segundo a opção do justo valor: as variações do justo valor dos títulos são contabilizadas em resultados e compensadas pelas variações do justo valor das swaps cobrindo economicamente esses títulos. Uma parte da liquidez é igualmente constituída por partes de OPCVM: não são consolidadas ao olhar dos critérios de controlo ou de detenção da maioria dos riscos e vantagens (IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e contabilização das participações nas filiais" ou SIC 12 "Consolidação – das entidades ad hoc).

São igualmente registados em "Activos financeiros no justo valor por resultado":

- os valores positivos dos outros instrumentos derivados não utilizados com fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39.
- os títulos a receber, desde a data de transição.

C.3 Passivos financeiros no justo valor por resultado

Este ponto integra as dívidas financeiras tendo feito como objecto de uma opção para uma contabilização no justo valor por resultado. Esta opção é exercida marginalmente com o objectivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras e permitindo de tornar sistemáticas as variações de valor das derivadas cobrindo economicamente o risco de taxas destas dívidas, e a variação de valor destas mesmas dívidas. As variações de valor destas dívidas integram então estas do spread emissor do Banque PSA Finance. Em 31 de Dezembro de 2011, não há dívida em opção justo valor.

Os passivos financeiros do justo valor por resultado registado igualmente nos valores negativos das derivadas não utilizadas tem fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39, o que neste caso nomeadamente das swaps de taxas cobrindo economicamente os activos ou os passivos financeiros no justo valor por resultado.

C.4 Activos disponíveis à venda

Os activos disponíveis à venda compreendem essencialmente os títulos de participação nas sociedades ainda não consolidadas. São mantidas no balanço ao seu custo de aquisição que o grupo estima representar o seu justo valor.

C.5 Activos detidos até ao vencimento

São exclusivamente títulos de lucros fixos adquiridos com a intenção de os conservar em princípio até ao seu vencimento. São contabilizados ao custo amortizado correspondente ao seu valor de reembolso, corrigidas as variações ou prémios que aparecem em resultado sobre a duração da detenção dos títulos.

C.6 Empréstimos e crédito sobre o cliente

As diferentes categorias de clientes são apresentadas no novo parágrafo F «Informação sectorial».

As contas correntes de crédito ao cliente são repartidas por tipo de financiamento:

- os financiamentos ao retalho que reagrupam as naturezas do crédito seguintes tais como definidas pela regulamentação bancária francesa:

- venda a crédito.
- aluguer com opção de compra.
- aluguer de longa duração.

Como afirmado no parágrafo C.6.2, estas duas últimas naturezas de crédito são apresentadas como contas correntes de crédito.

Os financiamentos mencionados são essencialmente destinados aos seguintes clientes:

- Retalho (particulares, pequenas empresas e empresas de tamanho mais importante, não respondendo aos critérios de carteira Corporate, Soverains, Bancos e Administrações locais),
- Corporate e assimilados (que reagrupam as carteiras Corporate fora da rede, Bancos e Administrações locais),
- e acessoriamente ao destino dos clientes do segmento rede Corporate;
 - Os financiamentos de stocks de veículos ou de peças de recarga tal como definidos pela regulamentação bancária francesa.

Os financiamentos seguidamente mencionados são destinados essencialmente aos clientes do segmento rede Corporate (principalmente redes independentes das marcas Peugeot e Citroën, importadores de veículos novos da Peugeot e Citroën de certos países, certos revendedores de veículos de ocasião);

- os outros créditos (créditos de equipamento, créditos revolving, etc.) e contas correntes ao cliente.

C.6.1 Valorização das contas correntes a custo amortizado

As contas correntes de crédito apresentadas no balanço correspondem ao compromisso financeiro líquido do Banque PSA Finance. Assim, o restante capital entregue dos créditos aos clientes, acrescido dos créditos associados e fora do efeito da aplicação da contabilidade de cobertura (cf. Parágrafo C 6.3). Integra igualmente:

- as comissões entregues aos prescritores assim como os encargos administrativos directos externos comprometidos para a colocação destes créditos, aumentam as contas correntes de crédito;
- as participações recebidas das marcas assim como as despesas de dossier, vêm minorar as contas correntes de crédito;
- as depósitos de garantia recebidos fora da colocação dos contratos de locação financeira, vêm minorar as contas correntes de crédito.

Os proveitos dos juros contabilizados correspondem ao rendimento actuarial tirado dos fluxos de tesouraria a recobrar, avaliados em taxas de juros efectivos (TIE).

C.6.2 Locação financeira e aluguer de longa duração

De acordo com as normas IAS 17 "Contratos de aluguer" e 39, os veículos alugados à clientela são na maioria contabilizados como créditos, já que o Banque PSA Finance não detém os riscos e vantagens ligadas à propriedade do veículo. Os alugueres e amortizações relativos a estas imobilizações são assim retratados a fim de apresentar o conjunto destas operações como contas correntes de crédito.

C.6.3 Cobertura do risco de taxas das contas correntes de crédito

As contas de crédito são maioritariamente objecto de coberturas que os imunizam contra o risco de taxas. A aplicação da contabilidade de cobertura neste quadro de uma estratégia de cobertura do justo valor, leva à correcção do valor da parte coberta das contas correntes, em contrapartida do resultado (parágrafo C.1:1 "Princípios de registo de cobertura").

C-6.4 Apreciações sobre as contas correntes de crédito

As apreciações das contas correntes de crédito vêm corrigir o valor no balanço, desde que apareça um indício revelador do risco (loss event).

As apreciações são isoladas nos pontos específicos.

As diferenças de categorias dos clientes são apresentadas no novo parágrafo F «Informação sectorial».

Depreciações das contas correntes de financiamento "Retalho"

- Depreciações das contas correntes sãs com incobrados:

A existência de um incobrado constitui um "loss event" que se traduz pela depreciação, desde o primeiro dia do incobrado, da totalidade das contas correntes restantes entregues, em função da probabilidade de passagem a créditos duvidosos e de taxas de perdas médias actualizadas.

- Depreciações dos créditos duvidosos

De acordo com a regulamentação bancária, os créditos com incobrados de mais de 90 dias são sistematicamente classificados em "Créditos duvidosos", salvo os de estatuto de imunidade, representativo da ausência de risco de contrapartida, no limite de 150 dias. A utilização de um estatuto forçado em caso de risco agravado permite a desclassificação antes dos 91 dias. Esta definição do crédito duvidoso corresponde à definição de "defeito" representado no quadro da avaliação dos riscos Bale II.

O Banque PSA Finance constituiu uma base de dados históricos, que integram as coordenadas relativas à cobrança efectiva dos créditos duvidosos (créditos com incobrados com mais de 90 dias). Esta base permite apreciar a taxa de perdas médias actualizadas de taxas de juro efectivo do crédito, na base da qual são calculadas as depreciações minorando os créditos duvidosos.

- Casos de créditos sãos reestruturados.

Trata-se principalmente de clientes declarados como Neiertz em França. Desde que o cliente é oficialmente declarado, ele é classificado em "Créditos duvidosos". No fim do moratório, se os pagamentos são retomados normalmente, retoma a conta corrente sã e fica sujeito à mesma taxa aplicada às contas correntes sãs com incobrados. Desde que surja um novo incobrado, é imediatamente classificado em "Créditos duvidosos".

No caso do financiamento "Retalho", a actualização dos fluxos de cobranças tem como consequência o aumento do montante de depreciação contabilizada na altura do defeito em relação à perda final que será finalmente constatada. Este aumento ligado à passagem do tempo, se for significativa, é objecto de uma retoma de depreciação, estabelecida sobre a duração média dos contratos, contabilizado o custo do risco.

Depreciações das contas correntes de financiamento dos segmentos: «Corporate redes» e «Corporate e assimilados»

- Estes créditos são classificados em créditos duvidosos a 91 dias para todos os «Corporate» (com excepção das administrações locais: 271 dias), salvo estatuto de imunidade representativo da ausência de risco de contrapartida no limite de 451 dias para «Corporate» (com excepção das Administrações locais: 631 dias). A utilização de um estatuto forçado em caso de risco agravado permite a reclassificação respectivamente antes de 91 e 271 dias.
- Desde o aparecimento do primeiro incobrado ou mais tarde segundo a sua classificação por atraso, uma análise de risco ao dossier é formalizada num documento denominado «Relatório Flash», o qual

demonstra o montante eventual da depreciação necessária. A existência do «Relatório Flash» é reconhecida nos sistemas e tem um papel de estatuto forçado.

Desde que um crédito é considerado como incobrado, passa a perdur nas contas sociais. A depreciação anteriormente contabilizada é repostada em resultado e todo o montante recobrado posteriormente é creditado em «Custo do risco» no relatório de demonstração de resultados.

C.7 Dívidas financeiras

A contabilização inicial das dívidas financeiras traduz a fonte financeira líquida. Assim, outras das principais dívidas contraídas, acrescidas dos juros correntes, são aí integradas:

- as despesas de emissão, de corretagem ou de subida.
- as diferentes formas de prémios de emissão ou de reembolso.

Os encargos dos juros contabilizados correspondem ao custo actual retirado dos fluxos de tesouraria a reembolsar, avaliadas às taxas de juros efectivas (TIE)

C.7.1 Cobertura do risco de taxas de dívidas financeiras

As dívidas financeiras cobertas pelas swaps de taxas de juro são o objecto de uma contabilidade de cobertura do justo valor. O valor destas dívidas é corrigido da variação de valor da parte coberta, em contrapartida da demonstração de resultados, neutralizando assim as variações do justo valor dos instrumentos de cobertura, na medida da sua eficácia (parágrafo C.1.1 "Princípios de registo de coberturas")

C.7.2 Dívidas representadas por um título

As dívidas representadas por um título reagrupam os vales de caixa, os empréstimos obrigacionistas, os títulos do mercado interbancário e os títulos de créditos negociáveis, com exclusão dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

São igualmente registadas em «Dívidas representadas por um título» os títulos a entregar, desde a data da transacção.

D. Provisões técnicas dos contratos de seguros

As provisões técnicas correspondem ao compromisso das sociedades de seguros na presença dos assegurados e dos beneficiários dos contratos. De acordo com a norma IFRS 4 – Os contratos de seguros, as provisões técnicas dos contratos de seguros de vida e de não vida são calculados segundo os mesmos métodos que são definidos pela regulamentação local.

As provisões técnicas dos contratos de seguros, vida e não vida, são principalmente constituídos das provisões para prémios não adquiridos (PPNA: a cota parte dos prémios emitidos correspondem aos períodos seguintes) e as provisões para sinistros a pagar (PSAP), que correspondem aos riscos que ocorrem de um lado, e por outro lado aos riscos que ocorrem conhecidos tardiamente (riscos IBNR: Incurred But Not Reported). No caso da PSAP para os riscos que ocorrem conhecidos tardiamente, a provisão é calculada sobre a base das estatísticas.

E. Provisões

De acordo com a norma IAS 37 – Provisões, passivos eventuais e activos eventuais, uma provisão é contabilizada desde que o grupo tenha uma obrigação ao fecho em relação a um terceiro e que seja provável ou certo que provocará uma saída de recursos ou lucros de terceiros, sem contrapartida pelo menos equivalente esperada por este. No caso de reestruturação, uma obrigação é constituída desde que a reestruturação seja objecto de um anúncio de um plano detalhado ou de um começo de execução.

Os efeitos de actualização são contabilizados unicamente desde que sejam significativos.

F. Informação sectorial

Na aplicação da IFRS 8 desde 1 de Janeiro de 2009, o grupo do Banque PSA Finance identificou os cinco segmentos seguintes, em convergência com o dispositivo prudencial (carteiras denominadas «Bale II»):

- **Retail** – este segmento refere-se essencialmente aos clientes de particulares e de pequenas e médias empresas;
- **Corporate rede** – este segmento refere-se às redes próprias ou independentes das marcas Peugeot e Citroën de certos países, assim como certos revendedores de veículos de ocasião;
- **Corporate e assimilados** – este segmento refere-se a toda:

- sociedade pertencente a um grupo multinacional ou do qual as contas correntes ultrapassam o limite fixado pelo país (Corporate fora da rede),
- clientes que surgem directamente de uma estrutura estadual ou governamental (Soberanos),
- sociedade bancária ou sociedade de investimento submetida a um dispositivo de vigilância e de regulamentação pelas autoridades de tutela bancária (Bancos),
- administração regional ou local (Administrações locais).

- **Seguros e serviços** – Este segmento refere-se:
 - à prestação de serviços de seguros realizados por cativos de seguros à holding maltesas, e à actividade do próprio segurador na Bélgica e na Holanda;
 - a outras prestações de serviços comercializados pelas sociedades de financiamento.
- **Refinanciamento e colocações** – este segmento refere-se às actividades de refinanciamento e de colocação do grupo Banque PSA Finance.

Nota: o termo «segmento» é consistente com a terminologia utilizada internamente pelo Management. Por consequência, para respeitar o espírito da norma IFRS 8, o Banque PSA Finance reteve o termo «segmento», equivalente ao termo oficial «sector» detido fora da adopção europeia da norma.

Uma avaliação por segmento do balanço e da demonstração de resultados é apresentada numa nova Nota Informação sectorial. Em paralelo na mesma Nota, uma avaliação por zona geográfica (França, Europa (fora de França) e resto do mundo) é demonstrada nos principais agregados do balanço e da demonstração de resultados.

G. ORÇAMENTOS DE REFORMA

Os assalariados do Grupo recebem, em complemento dos abonos de reforma de acordo com as legislações em vigor nos países onde estão implantadas as sociedades empregadoras, suplementos de reforma e indemnizações de início de reforma (Nota 20.1). O grupo oferece estas vantagens seja em regime de cotizações definidas, seja em regime de prestações definidas.

No enquadramento dos regimes de cotizações definidas o grupo não tem outra obrigação a não ser o pagamento de prémios: o encargo que corresponde aos prémios entregues é tomada em conta na demonstração de resultados.

De acordo com a norma IAS 19 - Vantagens do pessoal no enquadramento de regimes de prestação definidas, os contratos de reformas e assimilados são avaliados por actuários independentes, seguindo o método das unidades dos créditos projectados. Segundo este método, cada período de serviço dá lugar a uma unidade suplementar de direitos a prestações e avaliado separadamente cada uma destas unidades para obter a obrigação final. Esta obrigação final é em seguida actualizada. Estes cálculos integram principalmente:

- uma hipótese de data da reforma
- taxa de actualização financeira,
- taxa de inflação,
- hipóteses de aumento de salários e de rotação de pessoal.

Estas avaliações são efectuadas todos os anos para os principais regimes, e de três em três anos para os outros regimes, salvo que desde que as modificações de hipóteses ou de fortes modificações de dados demográficos necessitem de cálculos com uma frequência mais próxima.

Os ganhos e perdas actuariais são geradas por mudanças de hipóteses ou por diferenças de experiência (diferença entre o projectado e o real) sobre os compromissos ou sobre os activos financeiros do regime. Estas diferenças são reconhecidas em resultado seguindo o método dito de "Corredor": são estabelecidas sobre a duração residual da vida activa dos beneficiários, pela parte excedente de mais de 10% dos compromissos ou do justo valor dos activos do regime à data de fecho.

.Os fundos externos são chamados a cobrir a totalidade dos compromissos de reformas e compreendem a parte reconhecida do facto do estabelecimento das diferenças actuariais. Também, é possível que os activos financeiros excedam os compromissos contabilizados, gerando assim um activo em "Outros valores imobilizados". O reconhecimento deste activo é no entanto limitado ao acumulo das perdas actuariais líquidas e do custo dos serviços passados não contabilizados.

Os compromissos sociais assimilados que são objecto de um aprovisionamento são, principalmente para as filiais francesas e certas filiais estrangeiras, a entrega de prémios na altura associados à velhice.

Não existe mais compromisso a título da dívida residual contraída em França junto da CRPB (Caixa de Reforma do Pessoal Bancário), os pagamentos efectuados dia a dia cobrindo a integralidade dos direitos conquistados, segundo as últimas estimativas dos especialistas feitas em 2010.

F. Compromissos por assinatura

De acordo com as exigências da norma IAS 39, os compromissos irrevogáveis dados ou recebidos pelas sociedades do Grupo são registados no balanço pelo seu justo valor (compromissos de financiamento irrevogáveis dados aos clientes, que correspondem ao período entre a promessa de financiamento feito ao cliente e a colocação efectiva do crédito; compromissos de garantia). As condições destes compromissos estão próximos das condições de mercado, o seu justo valor é nulo.

As depreciações dos compromissos de financiamento ou de garantia são registados em provisões de acordo com a norma IAS 37. Estes compromissos por assinatura são tomados pelo seu montante nominal no quadro anexo nº 26 – Outros compromissos.

Os compromissos representativos dos instrumentos financeiros a prazo são demonstrados no parágrafo C.1. e são apresentados em valor nominal na Nota 23 – Instrumentos de financiamento a prazo.

NOTA 3 – Caixa, Bancos Centrais, CCP

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	1	1
Bancos centrais e CCP (saldo devedor)	22	19
Das quais reservas obrigacionistas junto do Banque de France.	8	2
Total	23	20

NOTA 4 – Activos financeiros do justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Títulos de colocação	1 199	767
- OPCVM (1)	329	14
- dos quais OPCVM detidos pelas sociedades de seguros	28	14
- Certificados de depósito e obrigações do Tesouro	824	707
- dos quais certificados de depósito e obrigações do Tesouro detidos pelos fundos de titulação	679	578
- Outros	46	46
Diferença de reavaliação dos títulos de colocação	-	-
Títulos de colocação contabilizados no justo valor por resultado	1 199	767
- dos quais créditos associados	8	1
Proveitos a receber dos instrumentos financeiros a prazo de trading (2)	1	1
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading (2)	4	20
Total (3)	1 204	788

O justo valor é determinado a partir de técnicas de valorização das quais os "inputs" são as mais significativas e fundamentadas nos dados dos mercados observáveis (nível 2), com excepção das colocações de OPCVM reavaliadas ao justo valor de liquidação publicada (nível 1).

(1) A reserva de liquidez do grupo Banque PSA Finance (cf. Parágrafo "Segurança da Liquidez" do relatório de gestão), eleva-se a 724 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, é constituída por OPCVM qualificados como equivalente de tesouraria (300 milhões de euros) classificados em "Activos financeiros do justo valor por resultado", por empréstimos interbancários (404 milhões de euros) classificados em «Empréstimos e crédito sobre instituições de crédito» (Nota 7) e de depósitos nas contas dos bancos centrais (20 milhões de euros), classificados como «Caixa, bancos centrais, CPP» (Nota 3).

(2) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no âmbito de carteiras homogêneas e compreendem essencialmente as swaps simétricas colocadas por ocasião das operações de titulação. Não se afasta do resultado significativo (notas 14, 23.1 e 23.6).

(3) O vencimento dos activos financeiros do justo valor por resultado encontra-se na Nota 24.

Nota 5 – Instrumentos derivados de cobertura - activos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Cobertura de fluxos futuros de tesouraria	-	11
Instrumentos condicionais adquiridos (1)	-	11
- do qual o valor intrínseco das swaptions abertas	-	9
Cobertura do justo valor	389	172
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas (2)	99	3
- dos quais sociedades associadas	-	-
Proveitos a receber sobre swaps de cobertura	49	38
- dos quais sociedades associadas	1	-
Justo valor positivo das swaps de cobertura		
- empréstimos	15	25
- os EMTN/BMTN	174	28
- as obrigações	44	74
- os certificados de depósitos	-	-
- outras dívidas representadas por um título	1	1
- o crédito detalhado	7	3
Total	389	183

O justo valor é determinado a partir de técnicas de valorização das quais os "inputs" são os mais significativos e baseados nos dados dos mercados observáveis (nível 2).

A análise de eficácia da cobertura é apresentada no parágrafo 23.5 da nota 23.

(1) Trata-se de swaptions que cobrem a produção futura das contas correntes. Em 31 de Dezembro de 2011 as swaptions são todas vencidas (cf. Nota 15).

(2) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que:

- por um lado, cobrem os créditos dos clientes em divisas refinanciadas em euros; a variação do valor das swaps de cobertura dos créditos em divisas, é compensada pela variação do valor dos créditos dos clientes em divisas, reavaliados no decorrer do fecho (notas 8.3 e 15).

- por outro lado, cobrem as operações de refinanciamento em divisas; a variação do valor das swaps de cobertura da dívida em divisas (das quais 88 milhões de euros a título das swaps Euro/USD) é compensada pela variação do valor da dívida em divisas de cobertura, reavaliada no decorrer do fecho (cf. Notas 15 e 18.3).

Nota 6 – Activos financeiros disponíveis à venda

Os "Activos disponíveis à venda" compreendem essencialmente os títulos de participação das sociedades ainda não consolidadas, resultado de uma actividade operacional não significativa à data de fecho do exercício. Os títulos de colocação foram classificados em "Activos financeiros no justo valor por resultado"(cf. Nota 4).

Nenhuma das sociedades ainda não consolidadas é susceptível de gerar perdas duráveis. Em consequência, o resultado negativo naturalmente constatado no início da actividade não é aprovisionado. Não existe em 31 de Dezembro de 2011.

O justo valor destes títulos é estimado de acordo com o valor da última transição, que corresponde à aquisição destes títulos.

Os títulos das sociedades não consolidadas, que se elevaram a 2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, relacionam-se principalmente à filial PSA Financial P.L.C. aguardando liquidação e saída do perímetro de consolidação em 1 de Janeiro de 2009. A tesouraria residual no final de 2010 foi entregue à PSA Wholesale Ltd através de um dividendo de 0,6 milhões de euros em 2011.

Nota 7 – Empréstimos e créditos sobre as instituições de crédito

AVALIAÇÃO DE CRÉDITOS Á VISTA / A PRAZO

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Créditos à vista	831	1 295
Contas correntes devedoras (1)	427	927
Contrapartida tesouraria dos títulos no decorrer da entrega(2)	-	80
Contas e empréstimos financeiros diários (3)	404	288
Créditos a prazo (4)	26	95
Créditos associados	2	1
Total	859	1 391

(1) Estes montantes representam as somas debitadas das contas dos bancos externos representativas nomeadamente das últimas antecipações a clientes do período.

(2) Trata-se de títulos no decorrer da entrega apresentados na Nota 18.

- (3) A reserva de liquidez do grupo Banque PSA Finance (cf. parágrafo “Segurança da liquidez” do relatório de gestão), eleva-se a 724 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, é constituída de OPCVM qualificados em “Activos financeiros ao justo valor por resultado” (nota 4), de (404 milhões de euros) classificados em “Empréstimos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito” e de depósitos nas contas correntes dos bancos centrais (20 milhões de euros) classificados em “Caixa, bancos centrais”, CCP (Nota 3).
- (4) O vencimento dos créditos a prazo é referido na Nota 24.

AValiação DAS SOCIEDADES COLIGADAS / FORA DO GRUPO (INCLUI CRÉDITOS ASSOCIADOS)

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Fora do Grupo	859	1 391
Total	859	1 391

Nota 8 – Empréstimos e créditos com clientes

8.1 Avaliação dos empréstimos e dos créditos por tipo de financiamento

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Venda a crédito	10 230	10 034
- dos quais créditos titulados (1)	3 176	2 913
Aluguer com opção de compra (2)	2 345	2 531
Capital restante entregue e juros a receber	2 690	2 907
- dos quais créditos titulados (1)	215	800
Juros não correntes sobre aluguer com opção de compra	(345)	(376)
- dos quais créditos titulados (1)	(18)	(68)
Aluguer de longa duração (2)	4 818	4 737
Capital restante entregue e juros a receber	5 296	5 184
- Empresas coligadas	1	1
- Extra patrimonial	5 295	5 183
- dos quais créditos titulados (1)	684	725
Juros não correntes sobre aluguer de longa duração	(416)	(394)
- dos quais créditos titulados (1)	(49)	(36)
Depósitos de garantia actividade de aluguer	(62)	(53)
Financiamento de stocks às “Redes”	5 879	5 165
Capital restante entregue	5 949	5 236
Empresas coligadas	130	209
Extra patrimonial	5 819	5 027
Depósitos de garantia actividade de financiamento de stocks às “Redes”	(70)	(71)
Empresas coligadas	(56)	(59)
Extra patrimonial	(14)	(12)
Outros créditos (dos quais créditos de equipamentos, créditos revolving)	810	763
Contas correntes	156	117
- Empresas coligadas	5	2
- Extra patrimonial	151	115
Elementos integrados no custo de amortização dos juros e créditos sobre o “Retalho”	76	64
Exposição dos custos de aquisição	443	428
Exposição das despesas de dossier	(113)	(101)
Exposição da participação das marcas e das redes	(268)	(284)
Exposição da actualização dos créditos subvencionados	14	21
TOTAL DOS CRÉDITOS NO CUSTO AMORTIZADO	24 314	23 411
- dos quais créditos dados em garantia (4)	1 233	1 328

(1) - O grupo Banque PSA Finance procedeu a várias operações de titulação:

- A 13 de Julho de 2006, a Crédipar cedeu ao Compartimento 2006-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS, créditos de um montante de 1,372 milhões de euros correspondentes aos alugueres futuros, e à TVA aferida, contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira. O compartimento emitiu obrigações prioritárias designadas AAA/Aaa/AAA (1 118 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas A/A2/A (132 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros).

- A 29 de Janeiro de 2007, a Crédipar cedeu 1,250 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu obrigações

prioritárias designadas AAA/Aaa (1181 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas A/Aa3 (69 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros).

- A 25 de Julho de 2007, a sucursal italiana do Banque PSA Finance cedeu 850 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2007-2 do veículo da lei italiana Auto ABS S.r.l.. O veículo emitiu obrigações prioritárias nomeadamente AAA/Aaa (816 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas A/A1 (34 milhões de euros) e obrigações júniores subscritas pela sucursal italiana do Banque PSA Finance (18,7 milhões de euros).

- A 30 de Julho de 2008, a sucursal alemã do Banque PSA Finance cedeu 1 milhão de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2008-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu obrigações prioritárias nomeadamente AAA/Aaa (970 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas A/Aa3 (30 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela sucursal alemã do Banque PSA Finance (10 000 milhões de euros).

- A 13 de Abril de 2010, as duas filiais brasileiras do Banque PSA Finance começaram a ceder créditos automóveis e créditos correspondentes a alugueres futuros de contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira ao Fonds d'investissement en Droits de Créances (FIDC) por um total de 1 675 milhões de reais brasileiros (695 milhões de euros) no final de Dezembro de 2011. A estrutura FIDC é a de um "Open-up fund", que permite as cessões sucessivas de créditos com clientes, conforme o acordado com o Banco Santander. O fundo emitiu partes seniores subscritas pelo Banco Santander (elevando-se a 90%) e partes subordinadas subscritas pelas filiais brasileiras do Banque PSA Finance (elevando-se a 10%).

- A 25 de Novembro de 2010, a sucursal alemã do Banque PSA Finance cedeu ao compartimento 2010-1 do Fonds de Titrisation (FCT) Auto ABS créditos por um montante de 680,3 milhões de euros correspondentes aos alugueres futuros (TVA incluída) e aos valores residuais de contratos de aluguer de longa duração. O fundo emitiu obrigações de classe A anotadas AAA (500 milhões de euros), obrigações de classe B (100,4 milhões de euros). As obrigações de classe B e C foram subscritas pelo Banque PSA Finance. As partes residuais emitidas pelo fundo (300 euros) foram subscritas pela sucursal alemã.

- A 20 de Julho de 2011, a Crédipar cedeu 1,050 milhões de euros de crédito de financiamento automóvel ao compartimento 2011-1 do Fundo Comum de Titulação (FCT) Auto ABS. O compartimento emitiu obrigações de classe A classificadas como AAA/Aaa (956 milhões de euros) e obrigações de classe B (94 milhões de euros). As obrigações da classe B foram subscritas integralmente pelo Banque PSA Finance. As partes residuais emitidas pelo fundo (300 euros) foram subscritas pela Crédipar.

- A 25 de Novembro de 2011, a sucursal alemã do Banque PSA Finance cedeu 800 milhões de euros de créditos de financiamento ao compartimento 2011-2 do fundo Comum de Titulação (FCT) Auto ABS German loans. O fundo emitiu obrigações Sénior de classe A classificadas como Aaa/AAA (720 milhões de euros) e obrigações júnior de classe B (80 milhões de euros). As obrigações de classe B foram subscritas integralmente pelo Banque PSA Finance. As partes residuais emitidas pelo fundo (300 euros) foram subscritas pela sucursal alemã.

Os FCC e FCT franceses, o veículo de lei italiana e o FIDC brasileiro constituem entidades ad hoc, integradas no perímetro de consolidação do Banque PSA Finance, na medida em que os lucros obtidos pelas filiais e sucursais do Banque PSA Finance compreendem o essencial dos riscos (principalmente o custo do risco) e os benefícios (o Produto Líquido Bancário) das entidades ad hoc.

(2) O Banque PSA Finance não detendo os riscos e as vantagens ligadas à propriedade de veículo, as operações de aluguer (aluguer com opção de compra e aluguer de longa duração) respeitam os critérios do financiamento de aluguer e são apresentadas contabilisticamente como contas correntes de crédito.

(3) Empréstimos ao cliente acordados à taxa zero no enquadramento do plano VIVE em Espanha (cf. Nota 16).

(4) Trata-se em 31 de Dezembro de 2011, por um lado, de 1 131 milhões de euros, do montante de créditos dados como garantia à SFEF e por outro lado, de 102 milhões de euros, do montante dos créditos dados como garantia à Bundesbank pela sucursal alemã (cf. Nota 26).

8.2 Avaliação dos empréstimos e créditos por segmento

Segmento IFRS 8	Retailho		Corporate rede		Corporate e assimiladas		TOTAL	
	(A-cf. A Nota 33.1)		(A-cf.B Nota 33.1)		(A-cf.C Nota 33.1)			
Tipo de financiamento (em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Venda a crédito	59	63	10 067	9 889	104	82	10 230	10 034
Aluguer com opção de compra	44	39	2 223	2 431	68	61	2 345	2 531
Aluguer de longa duração	91	72	3 410	3 496	1 317	1 169	4 818	4 737
Financiamento de stocks às Redes	5 879	5 165	-	-	-	-	5 879	5 165
Outros créditos	627	562	175	199	8	2	810	763
Contas correntes	150	115	-	-	6	2	156	177
Elementos integrados a custo amortizado	(10)	(5)	99	80	(13)	(11)	76	64
TOTAL DOS ENCARGOS POR SEGMENTO IFRS 8	6 840	6 011	15 984	16 095	1 490	1 305	24 314	23 411

8.3 Avaliação por divisa

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Créditos líquidos		
ARS	237	135
AUD	31	31
BRL	1 430	1 285
CHF	503	485
CZK	137	152
DKK	49	45
EUR	18 801	18 489
GBP	2 458	2 216
HRK	31	28
HUF	10	9
MXN	38	64
NOK	9	11
PLN	260	294
RUB	268	137
SEK	33	13
USD	19	17
Total	24 314	23 411

A variação do valor dos créditos em divisas cobertas refinanciadas em euros, reavaliadas no decorrer do fecho, é compensada pela variação do valor das swaps de cobertura dos créditos em divisas (cf. Notas 5 e 15).

8.4 Vencimentos (fora das contas correntes e elementos integrados a custo amortizado dos juros e créditos retalho)

Vencimentos em 31 de Dezembro de 2011

(em milhões de euros)	Venda a crédito	Aluguer com opção de compra	Aluguer de longa duração	Financiamento de stocks às Redes	Outros créditos	Total em 31/12/2011
Não repartidos	478	140	181	133	74	1 006
0 a 3 meses	1 010	185	693	3 483	114	5 485
3 meses a 6 meses	756	180	665	1 013	49	2 663
6 meses a 1 ano	1 957	360	869	1 328	164	4 678
1 ano a 5 anos	6 232	1 520	2 545	12	368	10 677
+ 5 anos	63	19	-	-	69	151
TOTAL DE CRÉDITOS BRUTOS	10 496	2 404	4 953	5 969	838	24 660
Depósitos de garantia	-	-	(62)	(70)	-	(132)
Depreciações	(266)	(59)	(73)	(20)	(28)	(466)
TOTAL DE CRÉDITOS LÍQUIDOS	10 230	2 345	4 818	5 879	810	24 082

Vencimentos em 31 de Dezembro de 2010

(em milhões de euros)	Venda a crédito	Aluguer com opção de compra	Aluguer de longa duração	Financiamento de stocks às Redes	Outros créditos	Total em 31/12/2010
-----------------------	-----------------	-----------------------------	--------------------------	----------------------------------	-----------------	---------------------

Não repartidos	477	130	168	157	97	1 029
0 a 3 meses	931	210	661	3 357	91	5 250
3 meses a 6 meses	874	182	566	361	45	2 028
6 meses a 1 ano	1 844	360	927	1 372	103	4 606
1 ano a 5 anos	6 038	1 690	2 537	9	403	10 677
+ 5 anos	130	18	-	-	51	199
TOTAL DE CRÉDITOS BRUTOS	10 294	2 590	4 859	5 256	790	23 789
Depósitos de garantia	-	-	(53)	(71)	-	(124)
Depreciações	(260)	(59)	(69)	(20)	(27)	(435)
TOTAL DE CRÉDITOS LÍQUIDOS	10 034	2 531	4 737	5 165	763	23 230

Nota 9 – Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Diferença de reavaliação das contas correntes		
- Venda a crédito	61	66
- Aluguer com opção de compra	11	11
- Aluguer de longa duração	1	3
Total	73	80

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 23.5 da nota 23.

Nota 10 – Contas de regularização e activos diversos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Devedores diversos	323	319
- Empresas associadas (1)	94	93
- Fora do grupo	229	226
Estado e outros organismos sociais	66	49
Encargos constatados antecipadamente	23	26
Proveitos a receber	1	1
- Empresas associadas	22	25
- Fora do grupo	12	8
- das quais actividades de seguros	79	65
Outras contas de regularização	121	84
- Empresas associadas	1	-
- Fora do grupo	120	84
Total	612	543

(1) Os devedores diversos, empresas associadas, correspondem essencialmente às participações das marcas a receber.

Nota 11 – Participação das sociedades equiparadas

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Na abertura do exercício	54	14
Quota parte do resultado líquido	3	2
Variações do perímetro (1)	-	33
Diferença de aquisição	-	6
Diferença de conversão	5	(1)
No fecho do exercício	62	54
- do qual a diferença de aquisição	7	6

- (1) A aquisição de 50% complementares da filial na China Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Ltd pela PSA Finance Nederland B.V.. O Banque PSA Finance não exerce o controlo exclusivo desta filial, esta continua a ser equiparada (cf. Nota 1).
- (2) A diferença de aquisição de 56,7 milhões de Yuan (6,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011) associada a esta operação é demonstrada em "Participações nas sociedades equiparadas" de acordo com a norma IAS 28 – Participações nas sociedades coligadas. O teste de depreciação, efectuado a 31 de Dezembro de 2011, conclui a não depreciação da diferença de aquisição (cf. os comentários sobre as diferenças de aquisição nos parágrafos B.3 e B.4 da Nota 2).

Nota 12 – Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas distribuem-se da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido
Terrenos e construções	1	-	1	1	-	1
Material de transporte	13	(3)	10	12	(3)	9
Outros	26	(22)	4	26	(22)	4
Imobilizações corpóreas	40	(25)	15	39	(25)	14
Imobilizações incorpóreas (1)	181	(90)	91	169	(77)	92
Total	221	(115)	106	208	(102)	106

1) Em Dezembro de 2011, os custos de desenvolvimento das logísticas informáticas registadas em imobilizações incorpóreas representam 90,7 milhões de euros de valor líquido.

Quadro de variação sobre valores brutos

(em milhões de euros)	31/12/2010	Aquisições	Cessações	Outros movimentos	31/12/2011
Terrenos e construções	1	5	(5)	-	1
Material de transporte	12	11	(10)	-	13
Outros	26	5	(5)	-	26
Imobilizações corpóreas	39	21	(20)	-	40
Imobilizações incorpóreas	169	12	-	-	181
Total	208	33	(20)	-	221

Quadro de variação de amortizações

(em milhões de euros)	31/12/2010	Dotações	Retomas	Outros Movimentos	31/12/2011
Terrenos e construções	-	-	-	-	-
Material de transporte	(3)	(3)	3	-	(3)
Outros	(22)	(1)	1	-	(22)
Imobilizações corpóreas	(25)	(4)	4	-	(25)
Imobilizações incorpóreas	(77)	(13)	-	-	(90)
Total	(102)	(17)	4	-	(115)

Nota13 – Diferenças de aquisição

O teste de depreciação, efectuado em 31 de Dezembro de 2011, concluiu a não depreciação das diferenças de aquisição (os comentários sobre as diferenças de aquisição no parágrafo B.3 e B.4 da Nota 2).

Nota 14 – Passivos financeiros no justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de trading (1)	3	1
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading (1)	2	20
Total	5	21

O justo valor é determinado a partir de técnicas de valorização das quais os "inputs" são as mais significativas e fundamentadas sobre os dados dos mercados observáveis (nível 2).

(1) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no interior das carteiras homogéneas e compreendem essencialmente swaps simétricas colocadas fora das operações de titulação. Não se afastam do resultado significativo (nota 4, 23.1 e 23.6).

Nota 15 – Instrumentos derivados de cobertura - passivos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Cobertura de fluxos futuros de tesouraria	-	3
Instrumentos condicionais vendidos (1)	-	3
Cobertura no justo valor	181	211
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas (2)	36	22
- das quais sociedades associadas	36	22
Perdas latentes sobre a cobertura não liquidadas	-	-
Encargos a pagar das swaps de cobertura	22	29
- dos quais sociedades associadas	6	5
Justo valor negativo das swaps de cobertura	-	-
- empréstimos	-	4
- EMTN/BMTN	7	6
- obrigações	44	74
Outras dívidas representadas por um título	-	-
- contas correntes detalhadas	72	76
Total	181	214

O justo valor é determinado a partir de técnicas de valorização das quais os "inputs" são as mais significativas e fundamentadas sobre os dados dos mercados observáveis (nível 2).

A análise da eficácia da cobertura consta do parágrafo 23.5 da nota 23.

- (1) Trata-se de swaptions que cobrem a produção futura das contas correntes. Em 31 de Dezembro de 2011, as swaptions estão todas vencidas (nota 5).
- (2) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que cobrem as operações de refinanciamento em divisas refinanciadas em euros e operações de refinanciamento em divisas. Esta variação do valor das swaps de cobertura das operações em divisas é compensada pela variação valor dos créditos ao cliente e da dívida em divisas cobertas, reavaliadas no decorrer do fecho (Notas 5 e 8.3 e 18.3).

Nota 16 – Dívidas a instituições de crédito

Avaliação dos créditos à vista / a prazo

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Dívidas à vista Extra patrimoniais	104	590
Contas correntes credoras	85	536
Contas e empréstimos financeiros do dia a dia	18	52
Outras somas entregues	1	2
Dívidas associadas	1	1
Dívidas a prazo (1)	4 796	5 581
Extra patrimoniais (2)	4 796	5 581
Elementos integrados a custo amortizado das dívidas junto dos estabelecimentos de crédito	(14)	1
Custos de emissão a apresentar	(28)	(20)
Apresentação da actualização das dívidas subvencionadas (3)	14	21
Dívidas associadas	98	90
TOTAL DAS DÍVIDAS A CUSTO AMORTIZADO	4 985	6 263

- (1) A apresentação das dívidas a prazo encontra-se na Nota 24.

- (2) Das quais em 31 de Dezembro de 2011:

- 469 milhões de euros de tiragens sobre as linhas de «back up» bilaterais que constituem compromissos recebidos de financiamentos a longo prazo (cf. Nota 26).
- 200 milhões de euros sobre uma linha de crédito (cf. Nota 26).
- 689 milhões de euros obtidos junto da SFEC (cf. Nota 26).
- 65 milhões de euros obtidos pela sucursal alemã junto do Bundesbank (cf. nota 26).
- 175 milhões de euros obtidos pela sucursal espanhola junto do Instituto de Crédito Oficial (ICO), no quadro do plano VIVE (veículo Inovador Veículo Ecológico).

- (3) Relativo aos empréstimos à taxa zero obtidos no enquadramento do plano VIVE em Espanha (cf. Nota 8.1 e remetida precedente).

Avaliação por moedas estrangeiras de reembolso

(em milhões de euros)	31/12/2011		31/12/2010	
	Dívidas à vista	Dívidas a prazo	Dívidas à vista	Dívidas a prazo
ARS	-	165	-	80
BRL	18	363	21	315
CHF	6	11	1	11
CZK	1	77	4	79
EUR	45	3 359	472	4 319
GBP	18	694	43	732
HRK	1	7	2	12
HUF	1	4	9	-
MXN	-	10	-	13
PNL	14	18	38	20
RUB	-	88	-	-
TOTAL	104	4 796	590	5 581

Nota 17 - Dívidas com clientes

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Dívidas a prazo Extrapatrimoniais (1)	2	3
Dívidas a prazo	340	336
Empresas coligadas	85	60
Das quais contas correntes das sociedades do grupo PSA Peugeot Citroën(2)	76	59
Extra patrimonial	255	276
TOTAL	342	339

(1) O registo das dívidas a prazo está demonstrado na Nota 24.

(2) Trata-se principalmente de contas de regulamentação das filiais de financiamento para operações feitas com o grupo PSA Peugeot Citroën.

Avaliações das divisas de reembolso das dívidas a prazo fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
EUR	-	1
Outros	2	2
Total	2	2

Nota 18 – Dívidas representadas por um título**Nota 18.1 Análise por natureza**

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Títulos de mercado interbancário e títulos de créditos negociáveis (1)	12 179	10 914
- EMTN, BMTN e assimilados	8 425	6 828
CDN e BT	3 754	4 086
- das quais pendentes de entrega	-	80
- das quais empresas associadas	-	-
Dívidas associadas	211	134
Elementos integrados a custo amortizado das dívidas representadas por um título	(15)	(13)
Despesas de emissão e prémios de emissão a apresentar	(15)	(13)
Empréstimos obrigacionistas (2)	3 575	3 224
- dos quais titulação: obrigações prioritárias e subordinadas (3)	-	-
- Empresas associadas	25	25
Extra patrimoniais	3 137	2 786
Dívidas associadas	4	6
- das quais titulação	3	6
Outras dívidas representadas por um título	810	690
- das quais titulação: obrigações prioritárias (4)	681	535
Dívidas associadas	125	46
- das quais titulação	117	30
TOTAL DAS DÍVIDAS A CUSTO AMORTIZADO	16 889	15 001

- (1) O Banque PSA Finance procedeu em 2010 a várias emissões de EMTN.
- em Janeiro, de 750 milhões de euros (taxa fixa 3,875%) com vencimento em Janeiro de 2015.
 - em Fevereiro, de 1 bilhão de euros (taxa fixa 4,25%) com vencimento em Fevereiro de 2016.
 - em Abril, de 1 250 milhões USD (878 milhões de euros à data de emissão) sobre o mercado US:
 - 450 milhões USD (taxa Libor 3 meses + 190 bp) com vencimento em Abril de 2014;
 - 300 milhões USD (taxa fixa 3,375%) com vencimento em Abril de 2014;
 - 250 milhões USD (taxa fixa 4,375%) com vencimento em Abril de 2016;
 - 250 milhões USD (taxa fixa 5,75%) com vencimento em Abril de 2021;
 - em Junho, de 650 milhões de euros (taxa fixa 4,00%) com vencimento em Junho de 2015.

(2) O empréstimo obrigacionista de 7 anos emitido em Dezembro de 2006 de 413 milhões de euros pela filial PSA Finance S.C.S.

(3) Os compartimentos 2006-01, 2007-01 e 2008-01 do Fonds Commun de Créances Auto ABS e o compartimento 2007-02 do veículo da lei italiana e o Fundo de Titulação em França Auto (compartimentos 2010-1 e 2011-1) e Auto ABS German loans (compartimento 2011-2) utilizaram a possibilidade de emitirem obrigações. As tranches B e C emitidas pelo compartimento 2010-1, assim como as tranches B emitidas pelo compartimento 2011-1 e o compartimento 2011-2 foram integralmente subscritas pelo Banque PSA Finance (cf. nota 8.1).

(4) Outras dívidas representadas por um título emitidas pela FIDC Brasileira.

Nota 18.2 Registo de dívidas representadas por um título fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
Até 3 meses	290	3 824	52	366	4 181	4
De 3 meses a 6 meses	220	966	48	309	697	10
De 6 meses a 1 ano	541	835	91	584	1 059	23
De um ano a 5 anos	2 490	6 361	619	1 690	4 977	653
Superior a 5 anos	34	193	-	275	-	-
Total	3 575	12 179	810	3 224	10 914	690

18.3 Correspondência por divisas de reembolso dos créditos representados por um título (1)

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
ARs	-	20	-	-	13	-
BRL	-	-	777	-	-	649
EUR	3 575	11 093	33	3 224	10 855	41
JPY	-	100	-	-	46	-
USD (1)	-	966	-	-	-	-
Total	3 575	12 179	810	3 224	10 914	690

(1) A variação do valor da dívida em divisas cobertas (das quais 88 milhões de euros a título da data de emissão em USD), reavaliadas no decorrer do fecho, é compensada pela variação do valor sobre as swaps de cobertura da dívida em divisas (Notas 5 e 15).

A posição de troca residual do Banque PSA Finance é apresentada na Nota 23.4.

Nota 19 – Diferença de reavaliação das carteiras de cobertura de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Diferença de reavaliação dos empréstimos	15	21
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN	169	24
Diferença de reavaliação dos certificados de depósitos	-	-
Diferença de reavaliação de outras dívidas representadas por um título	1	1
Total	185	46

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 23.4 da Nota 23.

Nota 20 – Contas de regularização e passivos diversos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Dívidas a fornecedores	351	275
Empresas associadas(1)	289	198
Extra patrimonial	62	77
Estado e outros organismos sociais	95	84
Encargos a pagar	161	186
Empresas associadas	8	40
Extra patrimonial	153	146
Outros devedores diversos	57	57
Empresas associadas	31	36
Extra patrimonial	26	21
Proveitos constatados antecipadamente	280	117
Empresas associadas	9	4
Extra patrimonial	271	113
Outras contas de regularização	108	105
Extra patrimonial	108	105
Total	1 052	824

(1) Trata-se de veículos em vias de regularização às marcas Peugeot Citroën.

Nota 21 – Actividade de seguros

21.1 – Provisões técnicas de contratos de seguros

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Provisões técnicas dos contratos de seguros de vida	13,7	7,7
Provisões para Prémios Não Adquiridos (PPNA)	4,3	2,5
Provisões para sinistros a pagar (PSAP):		
Provisões para sinistros ocorridos declarados	5,5	4,2
Provisões para sinistros ocorridos conhecidos tardiamente (IBNR)	3,9	1,0
Outros	-	-
Provisões técnicas dos contratos de seguros de não vida	12,9	8,9
Provisões para Prémios Não Adquiridos (PPNA)	3,5	2,1
Provisões para sinistros a pagar (PSAP):		
Provisões para sinistros ocorridos declarados	4,5	4,5
Provisões para sinistros ocorridos conhecidos tardiamente (IBNR)	4,9	2,3
Outros	-	-
PROVISÕES TÉCNICAS	26,6	16,6

Nota 21.2 – Quadro de variação das provisões técnicas dos contratos de seguros

21.2.1 PPNA Provisão para prémios não adquiridos

(em milhões de euros)	Vida	Não vida	TOTAL
Abertura do exercício	2,5	2,1	4,6
+ Prémios emitidos	41,5	59,8	101,3
- Prémios adquiridos	(39,7)	(58,4)	(98,1)
+ Outros movimentos	-	-	-
FECHO DO EXERCÍCIO	4,3	3,5	7,8

21.2.2. PSAP Provisão para sinistros a pagar

(em milhões de euros)	Vida	Não vida	TOTAL
Abertura do exercício	5,2	6,8	12,0
- dos ocorridos declarados	4,2	4,5	8,7
- dos ocorridos tardios (IBNR)	1,0	2,3	3,3
- Sinistros pagos no decorrer do exercício	(4,7)	(6,7)	(11,4)
+ Sinistros ocorridos no decorrer do exercício	6,3	8,3	14,6
+ Sinistros ocorridos no decorrer dos exercícios anteriores	2,6	2,1	4,7
+ Outros movimentos	-	(1,1)	(1,1)
Em 31 de Dezembro de 2011	9,4	9,4	18,8
- dos ocorridos declarados	5,5	4,5	10,0
- dos ocorridos tardios (IBNR)	3,9	4,9	8,8

Nota 21.3 – Resultados das actividades de seguros

12/08

21.3.1 Resultado técnico das actividades de seguros

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
+ Prémios adquiridos líquidos das cessões de resseguro	98,1	58,5
Montante bruto	98,1	58,5
cessões de resseguro	-	-
- Encargos das prestações líquidas da parte das resseguradoras	(21,2)	(13,3)
- Custo dos sinistros (bruto)	(13,3)	(6,9)
- Sinistros a cargo dos resseguros	-	-
-Variação das provisões técnicas fora da PPNA	(7,9)	(6,4)
MARGEM SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES DE SEGUROS	76,9	45,2
+/- Outros provisões (encargos) líquidos técnicos	(29,2)	(16,2)
- Corretagem	(28,1)	(16,1)
- Encargos do pessoal	(0,1)	(0,1)
- Comissão dos resseguros	-	-
- Outras provisões e encargos técnicos	(1,0)	-
+ Provisões líquidas das colocações	0,8	0,1
CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO DE EXPLORAÇÃO ANTES DA ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRAGRUPO	48,5	29,1
+/- Eliminação das operações intragrupo	27,9	16,1
CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO DE EXPLORAÇÃO DEPOIS DA ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRAGRUPO	76,4	45,2

21.3.2 Resultado não técnico das actividades de seguros

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
+/- Outras provisões (encargos) líquidos não técnicos	(2,4)	(2,9)
- Encargos de pessoal	(0,6)	(0,5)
- Outras provisões e encargos não técnicos	(1,8)	(2,4)
CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO DE EXPLORAÇÃO ANTES DA ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRAGRUPO	(2,4)	(2,9)
+/- Eliminação das operações intragrupo	(0,2)	1,5
CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO DE EXPLORAÇÃO DEPOIS DA ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRAGRUPO	(2,6)	(1,4)

21.3.3 Resultado de exploração das actividades de seguros

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Resultado técnico	76,4	45,2
Resultado não técnico	(2,6)	(1,4)
CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO DE EXPLORAÇÃO DEPOIS DA ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRAGRUPO(1)	73,8	43,8

(1) Cf. Nota 36.2 Informação sectorial "Elementos de resultado"

Nota 22 – Provisões

(em milhões de euros)	31/12/2010	Dotações	Retomas utilizadas	Retomas não utilizadas	Reclassificações Efeito de câmbio	31/12/2011
Provisões para pensões e reformas (1)	26	5	(3)	-	(14)	14
Provisões para compromissos duvidosos						
- Corporate redes	4	1	(2)	-	-	3
- Corporate e assimilados	3	-	-	(3)	-	-
Provisões para revenda de veículos de ocasião	12	7	(6)	-	1	14
(2)						
Provisões para risco de aluguer de longa duração subcontratadas.	1	-	(1)	-	-	-
Outras provisões	11	5	(4)	-	3	15
Total	57	18	(16)	(3)	(10)	46

(1) Na Alemanha, um Contratual Trust Agreement (CTA)

(2) A possibilidade dada ao Reino Unido aos emprestadores de entregar o veículo sem penalidade de saída a meio percurso de certos contratos, comporta um risco de revenda sobre os veículos recuperados e a recuperar, que justifica a maior parte desta provisão.

21.1 Orçamentos de reformas

A. Descrição dos regimes

Os assalariados do grupo beneficiam em certos países de complementos de reformas que são entregues anualmente aos reformados ou indemnizados no início da reforma que são entregues de uma vez no momento do início da reforma que são entregues de uma só vez no momento do início da reforma. O Grupo oferece estas vantagens através, seja de regimes a cotização definidas, seja de prestações definidas. Neste quadro de regimes a cotizações definidas, o Grupo não tem quaisquer outras obrigações a não ser o pagamento destas cotizações. A carga correspondente às cotizações entregues é tomada em conta na demonstração de resultados do exercício. Para os regimes a prestações definidas, os principais países são a França e o Reino Unido.

Em França, os regimes a prestações definidas dizem respeito:

- por um lado as indemnizações do início da reforma previstas pelas convenções colectivas
- por outro lado o regime das reformas complementares desde engenheiros e quadros para a parte não esquematizada em 2002 (regime fechado).

No Reino Unido, os regimes de prestações fixas são fechados aos assalariados ajustados posteriormente em Maio de 2002.

B. Hipóteses de retenções

As taxas utilizadas no decorrer dos dois últimos exercícios para avaliação de compromissos de reforma são os seguintes:

	Zona euro	Reino Unido
Taxas de actualização		
2011	4,50%	4,90%
2010	4,70%	5,50%
Taxas de inflação		
2011	1,8%	2,90%
2010	2,00%	3,35%
Taxas de rendimento esperado		
2011	4,8%	5,50%
2010	5,25%	5,50%

As hipóteses das taxas de aumento de salários correspondem, para cada país, à soma das hipóteses da inflação e das previsões individuais. Em França, a hipótese considerada é um aumento da inflação de mais de 1,0% para 2011 e de uma inflação de mais de 0,5% para os anos seguintes. No Reino Unido, a hipótese considerada é de um aumento de inflação de mais de 1,5%.

As hipóteses de mortalidade e de rotação do pessoal tem em consideração as condições económicas próprias a cada país.

Sensibilidade das hipóteses: a variação de 0,25 ponto de taxas de utilização e de taxas de inflação em França e no Reino Unido causariam as seguintes variações dos compromissos:

	Taxas de actualização	Taxas de inflação
	+ 0,25%	+ 0,25%
França	-2,37%	+3,06%
Reino Unido	-3,83%	+3,32%

C. Reconciliação dos postos do balanço e dos históricos de dados

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(9)	(66)	(75)	(9)	(54)	(63)
Justo valor dos activos financeiros	5	61	66	5	37	42
Excedente ou (deficit)	(4)	(5)	(9)	(4)	(17)	(21)
Diferenças actuariais	-	1	1	1	-	1
(Provisões) activos líquidos antes da obrigação de financiamento mínimo	(4)	(4)	(8)	(3)	(17)	(20)
Provisão para o financiamento mínimo	-	-	-	-	-	-
(Provisões) activos líquidos reconhecidos no balanço	(4)	(4)	(8)	(3)	(17)	(20)
Dos quais provisões	(5)	(9)	(14)	(4)	(22)	(26)
Dos quais activos	1	5	6	1	5	6

Na Alemanha, foi estabelecido um Contratual Trust Agreement (CTA) no final de 2011. Este tipo de contrato permite, em relação aos activos na CTA, uma gestão fiduciária e constituir os "activos de cobertura" no sentido da norma IAS 19. Os activos dedicados a estes compromissos elevam-se a 14 milhões de euros, sendo precedentemente contabilizados no essencial em devedores diversos.

D. Evolução do exercício

Sem obrigação de financiamento mínimo (IFRIC 14)

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(8,7)	(54,1)	(62,9)	(9,2)	(48,8)	(58,1)
À abertura do exercício	(0,4)	(2,2)	(2,6)	(0,4)	(1,9)	(2,3)
Custo dos serviços prestados	(0,4)	(3,0)	(3,4)	(0,5)	(2,8)	(3,3)
Actualização anual	0,2	1,3	1,5	0,4	1,0	1,4
Prestação de serviços sobre o exercício						
Diferenças de reavaliação						
- em valor	0,2	(0,6)	(0,4)	1,0	(0,4)	0,6
- em % dos compromissos	2,91%	1,16%	0,60%	10,35%	0,77%	0,99%
Diferença de conversão	-	(1,0)	(1,0)	-	(1,2)	(1,2)
Variações do perímetro e outros	-	(5,8)	(5,8)	-	-	-
Efeitos dos fechos e modificações dos regimes	-	-	-	-	-	-
No fecho do exercício	(9,1)	(65,4)	(74,6)	(8,7)	(54,1)	(62,9)
Cobertura dos compromissos						
À abertura do exercício	4,8	36,9	41,7	5,0	28,9	33,9
Rendimento esperado dos fundos	0,2	2,1	2,3	0,3	1,6	1,9
Diferenças de reavaliação						
- em valor	-	0,5	0,5	(0,1)	2,6	2,5
- em % dos compromissos	0,74%	1,28%	1,05%	1,46%	8,93%	7,40%
Diferença de conversão	-	1,1	1,1	-	1,1	1,1
Dotações do empregador	-	3,3	3,3	-	3,1	3,1
Prestação de serviços sobre o exercício	(0,2)	(1,0)	(1,2)	(0,4)	(0,4)	(0,8)
Variações do perímetro e outros	-	17,9	17,9	-	-	-
Efeitos dos fechos e modificações dos regimes	-	-	-	-	-	-
No fecho do exercício	4,8	60,8	65,6	4,8	36,9	41,7
Elementos diferidos						
À abertura do exercício	0,9	0,5	1,3	1,9	2,2	4,0
Novos elementos diferidos	(0,2)	0,1	(0,1)	(0,9)	(2,2)	(3,1)
Amortizações dos elementos diferidos	-	0,1	0,1	(0,1)	0,2	0,1
Conversão e outras variações	-	0,1	0,1	-	0,3	0,3
Efeitos dos fechos e modificações de regime	-	-	-	-	-	-
No fecho do exercício	0,7	0,8	1,4	0,9	0,5	1,3

Provisão por obrigação de financiamento mínimo (IFRIC 14)

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Na abertura do exercício	-	-	-	-	(3,4)	(3,4)
Dotação do exercício	-	-	-	-	-	-
Retoma do exercício	-	-	-	-	3,6	3,6
Diferença de conversão	-	-	-	-	(0,2)	(0,2)
No fecho do exercício	-	-	-	-	-	-

A provisão contabilizada em 2009 a título de obrigação de financiamento mínimo (IFRIC 14) foi integralmente retomada em 2010.

E. Encargos contabilizados

Estes encargos são contabilizados:

- em "Encargos gerais de exploração – Pessoal" para o custo dos serviços prestados e as amortizações dos elementos diferidos;
- em "Encargos dos compromissos sociais" para a actualização dos direitos adquiridos;
- em "Proveitos dos compromissos sociais" para o rendimento esperado dos fundos;
- excepcionalmente, em "Outros elementos fora da exploração" para os efeitos associados às reestruturações.

Os encargos de reforma são registados da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2011			31/12/2010		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Custo dos serviços prestados	(0,4)	(2,2)	(2,6)	(0,4)	(1,9)	(2,3)
Amortizações dos elementos diferidos	-	0,1	0,1	(0,1)	0,2	0,1
Actualização dos direitos adquiridos	(0,4)	(3,0)	(3,4)	(0,5)	(2,8)	(3,3)
Rendimento esperado dos fundos	0,2	2,1	2,3	0,3	1,6	1,9
Outros	-	-	-	-	-	-
TOTAL (ANTES DA PROVISÃO OBRIGACIONISTA DE FINANCIAMENTO MÍNIMO)	(0,6)	(3,0)	(3,6)	(0,7)	(2,9)	(3,6)
Variação da provisão obrigacionista de financiamento mínimo (IFRIC 14)	-	-	-	-	3,6	3,6
Total	(0,6)	(3,0)	(3,6)	(0,7)	0,7	-

Nota 23 – Instrumentos financeiros a prazo**Política do Grupo em matéria de gestão dos riscos financeiros**

(Parágrafo «Gestão dos riscos financeiros» 19 do relatório de gestão)

Risco de taxas: a política do banco visa neutralizar os efeitos de variação de taxas de juros da margem operacional de cada entidade do Grupo pela utilização de instrumentos financeiros apropriados permitindo assegurar a convergência efectiva das estruturas de taxas de juros dos activos e dos passivos.

No entanto, com o fim de limitar o custo de refinanciamento a um nível mais fraco para as novas contas correntes de crédito ao "Retalho" (Venda de crédito, Aluguer com opção de compra e Aluguer de longa duração), o Banque PSA Finance tinha comprado e vendido opções de swaps de taxas de juros (opções compradas líquidas com prémio líquido pago). Em 31 de Dezembro de 2011, as swaptions são todas vencidas.

Risco de câmbio: a política seguida não autoriza o risco de câmbio. Entidade por entidade, os activos e passivos são adoptados pela utilização de instrumentos financeiros apropriados

Risco de contrapartidas: os riscos são limitados às operações sobre proveitos derivados negociados no quadro de contratos FBF ou ISDA e de operações de colocação de liquidez a muito pouco prazo com contrapartidas de primeiro plano. No que diz respeito ao risco de crédito sobre o retalho, reportar-se à nota 33.

No quadro da sua política de colocação, o Banque PSA Finance limita ao máximo o risco. Os excedentes de liquidez são exclusivamente colocados em certificados de depósito a muito curto prazo e nas OPCVM beneficiam de uma garantia bancária em capital e em performance.

Posição de taxas do Banco PSA Finance Consolidadas

(em milhões de euros)	De um ano	De 1 ano a 5 anos	Para além de	Total 31/12/2011
Activos financeiros				
Financiamentos de stocks às Redes	5 879	-	-	5 879
Financiamentos Retalho à taxa fixa	7 392	10 569	-	17 961
Outros empréstimos e créditos à taxa variável	474	-	-	474
Activos financeiros à taxa fixa	-	-	-	-
Outros activos financeiros	2 081	-	-	2 081
Total activos financeiros (a)	15 826	10 569	-	26 395
Outros Activos financeiros (Derivados e reavaliação das carteiras de cobertura)	468	-	-	468
Activos não financeiros				
Imobilizações e diferenças de aquisição	-	189	-	189
Outros activos não financeiros	832	-	-	832
Total activos não financeiros	832	189	-	1 021
Total activo				27 884
Passivos financeiros				
Débitos à taxa fixa de cobertura	(2 095)	(6 203)	(178)	(8 476)
Débitos à taxa variável ou revisível	(12 842)	(13)	-	(12 855)
Outros financiamentos e descobertos bancários	(446)	-	-	(446)
Total Passivos financeiros (b)	(15 383)	(6 216)	(178)	(21 777)
Outros passivos financeiros (Derivadas e reavaliação das carteiras de cobertura)	(371)	-	-	(371)
Passivos não financeiros				
Outros passivos não financeiros	(2 039)	-	-	(2 039)
Total passivos não financeiros	(2 039)	-	-	(2 039)
Capitais próprios (3)	-	(3 697)	-	(3 697)
Total do passivo				(27 884)
POSIÇÃO LÍQUIDA ANTES DA GESTÃO = (a) + (b)	443	4353	(178)	4 618
Conhecimento das derivadas				
Derivadas cobrindo os activos financeiros				
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho à taxa fixa (Fair Value Hedge)				
Parte emprestadora	(6 122)	(5 637)	-	(11 759)
Parte prestadora	11 759	-	-	11 759
Swaps de cobertura das colocações à taxa fixa (Fair Value Hedge)				
Parte emprestadora	-	-	-	-
Parte prestadora	-	-	-	-
Total das derivadas de cobertura dos activos financeiros(c)	5 637	(5 637)	-	-
Derivadas de cobertura dos activos financeiros				
Swap de cobertura de débitos à taxa fixa (Fair Value Hedge) (2)				
Parte emprestadora	2 095	6 203	178	8 476
Parte prestadora	(8 476)	-	-	(8 476)
Swap de cobertura de débitos à taxa variável (Fair Value Hedge) (2)				
Parte emprestadora	-	13	-	13
Parte prestadora	(13)	-	-	(13)
Total das derivadas de cobertura dos passivos financeiros (d)	(6 394)	6 216	178	-
Carteira de Trading (e) (1)	724	-	-	724
POSIÇÃO LÍQUIDA DAS DERIVADAS = (c) + (d) + (e)	(33)	579	178	724
POSIÇÃO LÍQUIDA APÓS GESTÃO (3)	410	4932	-	5 342
Rappel posição líquida após gestão em 31 de Dezembro de 2010	473	4 116	-	4 589

Este quadro posiciona os activos financeiros e os passivos financeiros em função da sua data de vencimento para os de taxa fixa em função da próxima revisão de taxas para os que são de taxa revisível.

Na parte do quadro sobre as derivadas, as swaps e outras operações derivadas são classificadas em positivo para a parte prestadora e em negativo para a parte emprestadora.

(1) As swaps classificadas em trading referem-se a 2 swaps (335 milhões de euros) e 3 cross-currency swaps (320 milhões de euros) em posição isolada e 5 swaps desclassificadas em trading (69 milhões de euros), tendo um impacto pouco significativo sobre a demonstração de resultados (cf. Notas 4, 14 e 23.6). De notar

que nenhuma das swaps em carteira de trading compreende as de posição isolada, não faz parte da carteira de negociação segundo os textos prudenciais, no quadro do relatório COREP entregue à Autorité de Contrôle Prudentiel.

- (2) Dos quais 3 162 milhões de euros de swaps de cobertura simétricos ao nível consolidado, colocados à margem das operações de titulação.
- (3) A posição líquida após gestão com menos de um ano não é significativa. A posição líquida após gestão de 1 a 5 anos eleva-se a 4 932 milhões de euros, em grande parte coberta pelos capitais próprios.

23.2 Contratos de cobertura de taxas sobre operações futuras

Afim de limitar o custo de refinanciamento a um nível mais fraco para as novas contas correntes de crédito do retalho (Venda a crédito, aluguer com opção de compra, e Aluguer de longa duração), o Banque PSA Finance comprou e vendeu opções de swaps de taxa de juros (opções compradas liquidas com prémio líquido pago). O resultado alcançado a título do valor tempo é um encargo de -7,3 milhões de euros, dos quais +3,5 milhões de euros de variação do justo valor. Os nocionais e as maturidades das swaps (de 1 a 3 anos), objecto destas opções correspondem às maturidades dos créditos previsionais a produzir nestes mesmos períodos. As swaptions são todas vencidas em 31 de Dezembro de 2011. A variação do valor intrínseco positivo de 12,3 milhões de euros sobre as swaptions antes do seu vencimento foi constatada em situação líquida em "Ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios" (cf. Quadro de variação dos capitais próprios consolidados e de juros minoritários). O resultado do período a título do valor intrínseco apresentado sobre o elemento subjacente (swaptiona vencidas), é um encargo de 10,6 milhões de euros. O resto a apresentar eleva-se a 1,3 milhões de euros (8,1 milhões de euros líquidos de impostos diferidos).

Cobertura dos fluxos de tesouraria pelas swaptions (Cash Flow Hedge)

(em milhões de euros)	31/12/2010	Variação do valor intrínseco	Resultado realizado	Transferência em resultados	Variação impostos diferidos	31/12/2011
Valor intrínseco das swaptions abertas	9,4	12,3	(21,7)	-	-	0,0
Proveitos de cobertura realizados	1,2	-	21,7	(10,6)	-	12,3
Lucros contabilizados directamente em capitais próprios (bruto)	10,6	12,3	-	(10,6)	-	12,3
Impostos diferidos	(3,7)	-	-	-	0,5	(4,2)
Lucros contabilizados directamente em capitais próprios (líquido)	6,9	12,3	-	(10,6)	(0,5)	8,1

Os vencimentos dos impactos em resultados

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Até 3 meses	4,5	1,0
De 3 meses a 6 meses	1,4	0,2
De 6 meses a 1 anos	2,5	0,1
De 1 ano a 5 anos	3,9	-
+ 5 anos	-	-
TOTAL	12,3	1,2

Os vencimentos da produção de futuros créditos cobertos em risco de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 6 meses	-	-
De 6 meses a 1 anos	-	-
De 1 ano a 5 anos	-	2 378,0
+ 5 anos	-	-
TOTAL	-	2 378,0

23.3 Contratos de cobertura de taxas sobre dívidas à taxa variável

A cobertura dos empréstimos à taxa fixa é assegurada pela colocação, após acordo, de swaps de taxas de juros operadas sobre o mercado financeiro ou, nos países cujos instrumentos de taxas não são líquidas, por fontes de financiamento a partir da taxa fixa. Neste último caso, da dívida a taxa variável pode ser emitida pontualmente; é então coberta por uma swap que à reconduz à taxa fixa.

A variação de valor deste tipo de swaps foi demonstrada em situação líquida em "Ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios" (cf. quadro da variação de capitais consolidados e de juros minoritários).

Cobertura dos fluxos de tesouraria pelas swaps (Cash Flow Hedge)

(em milhões de euros)	31.12.2010	Varição do valor	31.12.2011
Reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura	-	0,5	0,5
Impostos diferidos	-	(0,2)	(0,2)
Ganhos e perdas contabilizadas directamente em capitais próprios (líquido)	-	0,3	0,3

23.4 Posição de mudança residual do Banque PSA Finance consolidada

A. Posições de câmbios operacionais

Posições externas da casa mãe

(em milhões de euros)	CHF	CZK	GBP	JPY	MXN	PLN	RUB	USD
Activos	375	88	1 877	-	18	99	130	-
Passivos	-	(77)	(504)	(100)	-	-	-	(966)
Posição líquida antes da gestão	375	11	1 373	(100)	18	99	130	(966)
Cobertura activos	(375)	(11)	(1 371)	-	(18)	(99)	(130)	-
Cobertura passivos	-	-	-	100	-	-	-	966
Posição das derivadas	(375)	(11)	(1 371)	100	(18)	(99)	(130)	966
Posição líquida após gestão - Dezembro 2011	-	-	2	-	-	-	-	-
Rappel Dezembro de 2010	-	-	2	-	-	-	-	-

Posições externas das filiais

(em milhões de euros)	CHF /HUF	EUR /AUD	EUR /BRL	EUR /DKK	EUR /GBP	EUR /HRK	EUR /HUF	EUR /NOK	EUR /SEK	EUR /TRY	EUR /USD
Activos	50	31	-	49	1	18	5	9	33	1	18
Passivos	(49)	-	(62)	-	-	(18)	(5)	-	-	-	-
Posição líquida antes da gestão	1	31	(62)	49	1	-	-	9	33	1	18
Cobertura activos	-	(31)	-	(49)	-	-	-	(9)	(33)	-	(18)
Cobertura passivos	-	-	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição das derivadas	-	(31)	62	(49)	-	-	-	(9)	(33)	-	(18)
Posição líquida após gestão - Dezembro 2011	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
Rappel Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-

As coberturas são realizadas com a ajuda de instrumentos de fecho do câmbio (cross currency swap, swap de divisas, câmbio a prazo).

Dada a política de cobertura, o resultado do grupo não será impactado de maneira significativa por uma variação de divisas.

B. Posições estruturais de câmbio

As posições estruturais (Títulos de participação das filiais, Dotação das sucursais) e os resultados futuros não são objecto de uma cobertura pelos instrumentos de cobertura. A duração da actividade da filial ou da sucursal sendo indeterminada por definição, representará toda a cobertura numa posição líquida aberta a longo prazo.

Posições de câmbio em 31/12/2011 (em milhões de euros)	CHF	CNY	CZK	GBP	HRK	HUF	MXN	PLN	RUB	TRY	USD (1)	TOTAL
	14	46	32	189	3	12	8	42	65	1	139	551
Rappel Dezembro de 2010	14	42	33	174	3	17	9	49	49	1	134	525

(1) A posição do câmbio estrutural do dollar americano (USD) provém do financiamento em dollars dos títulos de participação das filiais brasileiras e argentinas, argentina e russa.

23.5 Análise da eficácia da cobertura em taxas ao justo valor (Fair Value Hedge)

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010	Efeito do câmbio (1)	Variação do justo valor	Ineficácia do resultado
-----------------------	------------	------------	----------------------	-------------------------	-------------------------

Diferença de reavaliação das contas correntes retalho (Vendas a crédito, aluguer com opção de compra e aluguer de longa duração (nota 9))				
Vendas a crédito	61	66		
Aluguer com opção de compra	11	11		
Aluguer de longa duração	1	3		
Total de valorização líquida	73	80	-	(7)
Instrumentos derivados de cobertura das contas correntes retalho				
- ao activo (nota 5)	7	3		
- ao passivo (nota 15)	(72)	(76)		
Total de valorização líquida	(65)	(73)	-	8
Ineficácia em stock	8	7		1
Diferença de reavaliação dos empréstimos cobertos (nota 19)				
Valorização líquida	(15)	(21)		
Total de valorização líquida	(15)	(21)		6
Instrumentos derivados de cobertura dos empréstimos				
- ao activo (nota 5)	15	25		
- ao passivo (nota 15)	-	(4)		
Total de valorização líquida	15	21	(6)	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN cobertos (nota 19)				
Valorização líquida	(169)	(24)		
Total de valorização líquida	(169)	(24)		(145)
Instrumentos derivados de cobertura dos EMTN/BMTN				
- ao activo (nota 5)	174	28		
- ao passivo (nota 15)	(7)	(6)		
Total de valorização líquida	167	22	145	0
Ineficácia em stock	(2)	(2)		0
Diferença de reavaliação das obrigações cobertas (Nota 19)				
Valorização líquida	-	-		
Total de valorização líquida	-	-		0
Instrumentos derivados de cobertura das obrigações (2)				
- ao activo (nota 5)	44	74		
- ao passivo (nota 15)	(44)	(74)		
Total de valorização líquida	-	-	0	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação dos certificados de depósitos cobertos				
Valorização líquida	-	-		
Total de valorização líquida	-	-		0
Instrumentos derivados de cobertura dos certificados de depósitos				
- ao activo (nota 5)	-	-		
- ao passivo (nota 15)	-	-		
Total de valorização líquida	-	-	0	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação de outras dívidas representadas por títulos cobertos (Nota 19)				
Valorização líquida	(1)	(1)		
Total de valorização líquida	(1)	(1)		0
Instrumentos derivados de cobertura de outras dívidas representadas por títulos				
- ao activo (nota 5)	1	1		
- ao passivo (nota 15)	-	-		
Total de valorização líquida	1	1	0	0
Ineficácia em stock	0	0		0

(1) A diferença de conversão é devida à diferença entre a taxa de fecho aplicada aos balanços das sociedades fora da zona euro e das taxas médias mensais aplicadas mês a mês aos elementos de resultado destas mesmas sociedades.

(2) Trata-se de swaps simétricas (da BPF e dos Fundos comuns de Crédito) afectadas à cobertura da dívida obrigacionista dos fundos Comuns de Créditos.

As opções de swaps de taxas de cobertura das futuras contas correntes de crédito a “retalho” (venda a crédito, Aluguer com opção de compra e Aluguer de longa duração) não são integradas no quadro de eficácia da cobertura, não existindo ainda as contas correntes (cf. comentário do parágrafo 23.2).

23.6 Impacto em resultado da variação do justo valor dos activos e passivos financeiros no justo valor

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010	Variação do justo valor
Activos financeiros no justo valor			
- Diferença de reavaliação dos títulos de colocação	-	-	-
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading (Nota 4)	4	20	(16)
- das quais swaps simétricas implementadas durante as operações de titulação (1)	2	20	
Total da variação líquida	4	20	(16)
Passivos financeiros no justo valor			
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading (Nota 14)	(2)	(20)	18
- das quais swaps simétricas implementadas durante as operações de titulação (1)	(2)	(20)	
Total da variação líquida	(2)	(20)	18
Impacto em resultado			2

(1) As swaps envolvem a parte da dívida obrigatória subscrita pelo Banque PSA Finance.

Nota 24 - Vencimentos e riscos de liquidez

Gestão do risco de liquidez é descrito no parágrafo “Segurança da liquidez” do relatório de gestão.

A apresentação utilizada para analisar o risco de liquidez, assenta sobre o detalhe dos postos do activo e do passivo, discriminados pelos prazos contratuais de entradas e reembolsos. Em consequência, os juros contratuais futuros não estão presentes nos prazos.

Os instrumentos derivados de cobertura, que cobrem os juros futuros contratuais, não são avaliados.

As posições são avaliadas em função da queda dos prazos. Foram seguidos os seguintes princípios:

- Os créditos de liquidação duvidosa, os créditos e as dívidas associadas figuram na coluna não repartida.
- As operações dia a dia figuram na coluna 0 a 3 meses.

Os capitais próprios, sendo considerados a prazos não determinados, são considerados reembolsáveis após 5 anos, à excepção do dividendo entregue no decorrer do segundo trimestre seguinte ao fecho anual (172 milhões de euros em 2011 contra 155 milhões de euros em 2010).

Para 2011

(em milhões de euros)	Não repartidos	0 a 3 meses	3 meses a 6 meses	36 meses a 1 ano	1 a 5 anos	+ de 5 anos	31/12/2011
Activos							
Caixa, bancos centrais, CCP	-	23	-	-	-	-	23
Activos financeiros no justo valor por resultado	59	1 145	-	-	-	-	1 204
Instrumentos derivados de cobertura	389						389
Activos financeiros disponíveis à venda	2						2
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	2	843	3	7	4	-	859
Empréstimos e créditos com o retalho	661	5 484	2 663	4 679	10 676	151	24 314
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas	73						73
Outros activos	1 020						1 020
Total do Activo	2 206	7 495	2 666	4 686	10 680	151	27 884
Passivo							
Bancos centrais, CCP	-						-
Passivos financeiros no justo valor por resultado	5						5
Instrumentos derivados de cobertura	181						181
Dívidas sobre estabelecimentos de crédito	85	1 020	702	817	2 361	-	4 985
Dívidas com o retalho	-	341	-	-	-	1	342
Dívidas representadas por um título	324	4 165	1 234	1 468	9 471	227	16 889
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas	185						185
Outros Passivos	1 600						1 600
Capitais próprios	-	-	172	-	-	3 525	3 697
Total do Passivo	2 380	5 526	2 108	2 285	11 832	3 753	27 884

Para 2010

(em milhões de euros)	Não repartidos	0 a 3 meses	3 meses a 6 meses	36 meses a 1 ano	1 a 5 anos	+ de 5 anos	31/12/2009
Activo							
Caixa, bancos centrais, CCP	-	20	-	-	-	-	20
Activos financeiros no justo valor por resultado	67	694	8	19	-	-	788
Instrumentos derivados de cobertura	183						183
Activos financeiros disponíveis à venda	2						2
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	1	1 305	-	72	13	-	1 391
Empréstimos e créditos com o retalho	651	5 250	2 028	4 606	10 677	199	23 411
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas	80						80
Outros activos	987						987
Total do Activo	1 971	7 269	2 036	4 697	10 690	199	26 862
Passivo							
Bancos centrais, CCP	-						-
Passivos financeiros no justo valor por resultado	21						21
Instrumentos derivados de cobertura	214						214
Dívidas sobre estabelecimentos de crédito	95	3 069	304	525	2 270	-	6 263
Dívidas com o retalho	-	337	-	-	-	2	339
Dívidas representadas por um título	173	4 551	1 016	1 666	7 320	275	15 001
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas	46						46
Outros Passivos	1 460						1 460
Capitais próprios	-	-	155	-	-	3 363	3 518
Total do Passivo	2 009	7 957	1 475	2 191	9 590	3 640	26 862

Os compromissos de financiamento dados ao retalho elevam-se a 1 465 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 (cf. Nota 26) e têm uma maturidade de 0 a 3 meses.

Convénios

Os contratos assinados pelo Banque PSA Finance respeitantes à dívida, principalmente a dívida representadas por um título, comportam cláusulas clássicas de exigibilidade antecipada para este tipo de contrato, impondo ao Grupo de dar aos organismos emprestadores certas garantias. Trata-se normalmente:

- de cláusulas de «negative pledge» pelas quais a sociedade prestadora se compromete a não conferir garantias reais a terceiros. Contudo estas cláusulas comportam excepções que autorizam operações como as titulações ou os activos dados como garantia;
- de cláusulas de «material adverse changes» em caso de maior mudança negativa nas condições económicas;
- de cláusulas de «pari passu» que prevêm que o emprestador beneficie de um tratamento pelo menos igual ao dos outros credores;
- de cláusulas de «erros cruzados» que estipulam que em caso de erros verificados num empréstimo implicaria igualmente a exigibilidade de outros empréstimos;
- de obrigação de informações periódicas;
- de respeito da legislação em vigor,
- de ausência de mudança de controlo.

Para além disso, uma cláusula específica de exigibilidade antecipada aparece em inúmeros contratos: a obrigação de conservar o estatuto de banco e de respeitar os ratios regulamentadores que se impõem a toda a banca francesa.

O conjunto das cláusulas, são respeitadas em 2011 e 2010.

Nota 25 - Justo valor dos activos e passivos financeiros

(em milhões de euros)	Justo valor		Valor do balanço		Diferenças	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Activos						
Caixa, bancos centrais, CCP	23	20	23	20	-	-
Activos financeiros no justo valor por resultado (1)	1 204	788	1 204	788	-	-
Instrumentos derivados de cobertura (1)	389	183	389	183	-	-
Activos financeiros disponíveis à venda (2)	2	2	2	2	-	-
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito (3)	859	1 391	859	1 391	-	-
Empréstimos e créditos com o retalho (4)	24 212	23 307	24 387	23 491	(175)	(184)
Passivos						
Bancos centrais, CCP	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros no justo valor por resultado (1)	5	21	5	21	-	-
Instrumentos derivados de cobertura (1)	181	214	181	214	-	-
Dívidas sobre estabelecimentos de crédito (5)	5 043	6 270	5 000	6 284	43	(14)
Dívidas com o retalho (5)	342	339	342	339	-	-
Dívidas representadas por um título (5)	17 584	15 111	17 059	15 026	525	85

O justo valor é determinado a partir de técnicas de valorização dos quais os "inputs" mais significativos são fundamentados sobre os dados dos mercados observáveis (nível 2).

(1) Os elementos contabilizados no justo valor por resultado, bem como os instrumentos derivados de cobertura, são avaliados por aplicação de uma técnica de valorização fazendo referência às taxas cotadas no mercado interbancário (Euribor, ...) e aos movimentos de câmbios fixados quotidianamente pelo Banco Central Europeu.

(2) Os títulos de participação ainda não consolidados, contabilizados em "Activos disponíveis à venda", têm um justo valor da última transacção que corresponde à aquisição destes títulos, ao valor líquido contabilizado.

(3) Os empréstimos e os créditos sobre os estabelecimentos de crédito a muito curto prazo têm um justo valor próximo do seu custo amortizado.

(4) Os empréstimos e créditos sobre o retalho são avaliados ao custo amortizado. De maneira geral, são objecto de uma cobertura de risco de taxas (cobertura justo valor). A aplicação da contabilidade de cobertura leva ao ajustamento do valor dos créditos, sobre uma base de taxas de swaps de cobertura. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado é estimado em actualização dos fluxos futuros às taxas às quais os empréstimos similares foram outorgados à data de fecho.

(5) As dívidas de financiamento são contabilizadas ao custo amortizado. As dívidas cobertas por swaps de taxas de juro são objecto de uma contabilidade de cobertura no justo valor. A aplicação da contabilidade de cobertura ao ajustamento do valor das dívidas, sobre a base de taxas de refinanciamento sem risco actualizado. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado

representa assim essencialmente a evolução do custo do risco emissor do grupo PSA Finance sobre os mercados financeiros.

23/07/11

Os outros pontos do balanço, não considerados neste quadro, são ou elementos não financeiros, ou activos e passivos a muito curto prazo do qual o justo valor está muito próximo do valor do balanço.

Nota 26 - Outros compromissos

(em milhões de euros)	31.12.2011	31.12.2010
Compromissos de financiamento		
Compromissos recebidos de estabelecimentos de crédito (1)	7 955	8 375
Compromissos a favor dos estabelecimentos de crédito	-	-
Compromissos em favor do retalho (2)	1 465	1 652
- do qual o grupo Crédipar	951	1 042
Compromissos de garantia		
Cauções, aval, outras garantias recebidas de estabelecimentos de crédito	1 284	795
- garantias recebidas sobre encargos do retalho	884	695
- garantias recebidas sobre títulos detidos	-	-
- Outras garantias recebidas de estabelecimentos de crédito	400	100
Garantias dadas a favor dos estabelecimentos de crédito	1	1
Garantias dadas a favor do retalho	110	104
- sucursal espanhola	1	7
- Sofib	102	87
- Sofira	4	6
- sucursal italiana	3	4
Outros compromissos recebidos		
Títulos recebidos como garantia	13	12
Opções de venda de títulos de participação (3)	55	55
Outros compromissos dados		
Títulos de participação a entregar sobre a venda a prazo (3)	310	310
Opções de compra de títulos de participação (3)	55	55
Outros (4)	1 233	1 328

(1) Dos quais em 31 de Dezembro de 2011, por ordem de prioridade de tiragem (cf. Nota 16)

- 1 396 milhões de euros de linhas de "back up" bilaterais de 1 865 milhões de euros, que constituem os compromissos recebidos de financiamento a longo prazo;
- 723 milhões de euros de linha de crédito de 923 milhões de euros assinada a 28 de Janeiro de 2011 (2 anos de duração) com uma pool de nove bancos internacionais;
- 1 755 milhões de euros de linha de crédito sindicada assinada em 15 de Dezembro de 2009 (duração de 3,5 anos) com uma pool de vinte e um bancos internacionais;
- 2 000 milhões de euros de crédito sindicado com vencimento em Junho de 2014 e 2 000 milhões de euros de linha de crédito sindicada com vencimento em Dezembro de 2014.

O conjunto destas linhas, assim como a reserva de liquidez (nota 4), permitem ao Banque PSA Finance, em caso extremo de um cenário de stress de ausência de liquidez sobre o mercado, assegurar mais de 6 meses do seu refinanciamento (cf. parágrafo «Segurança da liquidez» relatório de gestão).

(2) São considerados os compromissos sobre ofertas prévias de crédito ao retalho. As autorizações das linhas de crédito acordadas na rede, revogáveis a qualquer momento, não são tomadas em conta, excepto contratos particulares.

(3) Relativa à filial francesa Financière Greffulhe S.A.S.

(4) Trata-se de um montante de créditos de retalho dados como garantia por conta própria (cf. Notas 8.1 e 16);

- por um lado, a Sociedade de Financiamento da Economia Francesa (SFEF), no quadro da lei das finanças rectificativo nº 2008-1061 de 16 de Outubro de 2008 para o financiamento da economia (1 131 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 para um financiamento obtido de 689 milhões de euros);

- por outro lado, ao Bundesbank pela sucursal alemã (120 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 para um financiamento obtido de 65 milhões de euros).

O Banque PSA Finance não contabiliza as garantias recebidas dos clientes, e não considera nos seus cálculos de exposição ao risco de crédito..

Nota 27 - Juros e proveitos de custo amortizado

(em milhões de euros)	31.12.2011	31.12.2010
Vendas a crédito	1 019	974
- das quais empresas associadas	71	70
- das quais créditos titulados	261	302
- das quais empresas associadas	2	2
Aluguer com opção de compra	230	283
- das quais empresas associadas	11	4
- das quais créditos titulados	46	85
Aluguer de longa duração	375	381
- das quais empresas associadas	102	112
- das quais créditos titulados	29	3
Financiamento de stocks às Redes	268	221
- das quais empresas associadas	184	146
Outros financiamentos (dos quais créditos ao equipamento, créditos revolving)	39	37
- das quais empresas associadas	-	-
Remunerações dos fornecedores	(279)	(276)
- Venda a crédito	(187)	(183)
Aluguer com opção de compra	(35)	(42)
Aluguer de longa duração	(57)	(51)
- das quais empresas associadas	(38)	(41)
Outros custos de aquisição	(37)	(32)
Juros sobre contas correntes	4	3
Juros sobre compromissos de garantia	-	-
TOTAL	1 619	1 591

Nota 28- Juros dos instrumentos financeiros de cobertura dos financiamentos retalho

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho (Fair Value Hedge)	(76)	(242)
Amortizações dos prémios sobre as swaptions abertas (Valor Tempo)	(11)	(7)
Estabelecimento do Valor Intrínseco das swaptions vencidas (1)	11	7
TOTAL	(76)	(242)

(1) Nota 23 parágrafo 23.2.

Nota 29- Outros proveitos e encargos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
- Comissões sobre operações com o retalho	90	89
- Comissões sobre operações com o retalho (outros)	3	3
- Quota-parte sobre operações feitas em comum	1	1
- Subvenção à filial russa (1)	-	2
- Outros (1)	5	6
Outros proveitos	99	101
- Formas de pagamento	(8)	(8)
- Provisões e resultado de cessão dos veículos de ocasião	(13)	(12)
- Quota-parte sobre operações feitas em comum	(7)	(10)
- Outros (2)	(31)	(19)
Outros encargos	(59)	(49)
Outros proveitos e encargos	40	52

(1) Impacto da primeira consolidação em 2010 da filial russa, a título da subvenção entregue à filial no final de 2009 e que tinha então constituído um encargo, de forma a que não foi ainda consolidado.

(2) Dos quais 7 milhões de euros de juros de encargos apresentados da actualização dos créditos subvencionados (plano VIVE). Este encargo é compensado por um proveito apresentado da actualização das dívidas subvencionadas no mesmo montante, classificado em «juros e proveitos sobre operações interbancárias».

Nota 30- Juros sobre empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito

Trata-se da carga dos juros, por um lado sobre as contas correntes a prazo, por outro lado sobre os empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito.

24/08

Nota 31- Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título

(em milhões de euros)	31/12/2010	31/12/2009
Encargos sobre dívidas representadas por um título	(504)	(343)
Encargos sobre obrigações e outros títulos de lucros fixos	(55)	(36)
- das quais titulação: obrigações prioritárias	(49)	(32)
TOTAL	(559)	(379)

Nota 32- Encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Despesas de pessoal	(146)	(140)
Renumerações	(106)	(103)
Encargos Sociais	(35)	(32)
Interesses e participação	(5)	(5)
Outros encargos gerais de exploração	(221)	(207)
- dos quais empresas associadas	(95)	(81)
TOTAL	(367)	(347)

Repartição geográfica de encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
França	(137)	(126)
Europa fora de França	(190)	(184)
Da qual Alemanha	(35)	(38)
Da qual Espanha	(29)	(30)
Da qual Itália	(28)	(25)
Da qual Reino Unido	(30)	(29)
Resto do mundo	(40)	(37)
Da qual Brasil	(26)	(25)
TOTAL	(367)	(347)

Repartição geográfica por efectivos

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
França	761	775
Europa fora de França	1 436	1 389
Da qual Alemanha	235	234
Da qual Espanha	266	266
Da qual Itália	160	146
Da qual Reino Unido	273	271
Resto do mundo	141	137
Da qual Brasil	60	57
TOTAL	2 338	2 301

Trata-se do pessoal directamente assalariado das diferentes filiais e sucursais do Banque PSA Finance.

Nota 33 - Custo do risco

Estes quadros representam o custo do risco por categoria de retalho, nenhuma outra perda significativa de valor foi constatada sobre outros activos financeiros.

33.1 Evolução dos créditos

(em milhões de euros)	Balanço de 31/12/2010	Produção líquida e efeito de câmbio (1)	Custo do risco					Balanço de 31/12/2011
			Dotações	Retomas	Passagens a perdas	Recuperação sobre créditos amortizados	Total do custo do risco em 31/12/2011	
Retalho								
Créditos são sem incobrados	15 373	(109)	-	-	-	-	-	15 264
Créditos são com incobrados	438	(9)	-	-	-	-	-	429
Depósitos de garantia	(50)	(9)	-	-	-	-	-	(59)
Créditos duvidosos	637	114	-	-	(102)	-	(102)	649
Créditos brutos	16 398	(13)	-	-	(102)	-	(102)	16 283
Depreciações dos créditos são com incobrados	(44)	-	(11)	7	-	-	(4)	(48)
Depreciação de créditos duvidosos	(340)	1	(137)	126	-	-	(11)	(350)
Depreciações	(384)	1	(148)	133	-	-	(15)	(398)
Elementos integrados do custo amortizado	81	18	-	-	-	-	-	99
Créditos líquidos (A, nota 8.2)	16 095	6	(148)	133	(102)	-	(117)	15 984
Recuperação sobre créditos amortizados						9	9	
Depreciações sobre compromissos duvidosos			-	1	-	-	1	
Custo do risco Retalho			(148)	134	(102)	9	(107)	
Corporate redes								
Créditos são sem incobrados	5 893	879	-	-	-	-	-	6 772
Créditos são com incobrados	20	1	-	-	-	-	-	21
Depósitos de garantia	(72)	-	-	-	-	-	-	(72)
Créditos duvidosos	212	(35)	-	-	(11)	-	(11)	166
Créditos brutos	6 053	845	-	-	(11)	-	(11)	6 887
Depreciação de créditos duvidosos	(36)	1	(28)	26	-	-	(2)	(37)
Depreciações	(36)	1	(28)	26	-	-	(2)	(37)
Elementos integrados do custo amortizado	(6)	(4)	-	-	-	-	-	(10)
Créditos líquidos (B, nota 8.2)	6 011	842	(28)	26	(11)	-	(13)	6 840
Recuperação sobre créditos amortizados						4	4	
Depreciações sobre compromissos duvidosos			-	1	-	-	1	
Custo do risco outros Corporate redes			(28)	27	(11)	4	(8)	
Corporate e assimilados								
Créditos são sem incobrados	1 041	92	-	-	-	-	-	1 133
Créditos são com incobrados	262	84	-	-	-	-	-	346
Depósitos de garantia	(2)	1	-	-	-	-	-	(1)
Créditos duvidosos	31	13	-	-	(4)	-	(4)	40
Créditos brutos	1 332	190	-	-	(4)	-	(4)	1 518
Depreciação de créditos duvidosos	(16)	-	(7)	8	-	-	1	(15)
Depreciações	(16)	-	(7)	8	-	-	1	(15)
Elementos integrados ao custo amortizado	(11)	(2)	-	-	-	-	-	(13)
Créditos líquidos (C, nota 8.2)	1 305	188	(7)	8	(4)	-	(3)	1 490
Recuperação sobre créditos amortizados								
Depreciação de compromissos duvidosos			-	3	-	-	3	
Custo do risco Corporate e assimilados			(7)	11	(4)	-	-	
Créditos total								
Créditos são sem incobrados	22 307	862	-	-	-	-	-	23 169
Créditos são com incobrados	720	76	-	-	-	-	-	796
Depósitos de garantia	(124)	(8)	-	-	-	-	-	(132)
Créditos duvidosos	880	92	-	-	(117)	-	(117)	855
Créditos brutos	23 783	1 022	-	-	(117)	-	(117)	24 688
Depreciações dos créditos são com incobrados	(44)	-	(11)	7	-	-	(4)	(48)
Depreciação de créditos duvidosos	(392)	2	(172)	160	-	-	(12)	(402)
Depreciações	(436)	2	(183)	167	-	-	(16)	(450)
Elementos integrados ao custo amortizado	64	12	-	-	-	-	-	76
Créditos líquidos	23 411	1 036	(183)	167	(117)	-	(133)	24 314
Recuperação sobre créditos amortizados						13	13	
Depreciação de compromissos duvidosos			-	5	-	-	5	
Total do custo do risco			(183)	172	(117)	13	(115)	

Relativamente aos créditos submetidos a depreciação, o custo do risco aumentou de um montante dos juros facturados, que ficam em juros sobre operações com o retalho.

1) O efeito de câmbio é devido à diferença entre taxas de fecho aplicadas aos balanços das sociedades fora da zona euro e as taxas médias mensais aplicadas mês a mês aos elementos do resultado destas mesmas sociedades.

33.2 Evolução do custo do risco

(em milhões de euros)	Retalho	Corporate Redes	Corporate e assimilados	31/12/2011	31/12/2010
Créditos são com incobrados					
Dotações por depreciações	(11)	-	-	(11)	(15)
Retomas de depreciações	7	-	-	7	11
Créditos duvidosos					
Dotações por depreciações	(137)	(28)	(7)	(172)	(138)
Retomas de depreciações	126	26	8	160	100
Compromissos duvidosos					
Dotações por depreciações	-	-	-	-	(4)
Retomas de depreciações	1	1	3	5	1
Perdas sobre créditos irrecuperáveis	(102)	(11)	(4)	(117)	(105)
Recuperação sobre créditos amortizados	9	4	-	13	21
Custo do risco	(107)	(8)	-	(115)	(129)

A política de gestão do risco de crédito é descrita no capítulo "Gestão do risco de crédito", do relatório de gestão.

Relativamente à Corporate, cada cliente, corporate redes ou corporate fora das redes, é objecto de um acompanhamento individualizado no conjunto dos seus créditos. É reportado numa classe de risco e a sua probabilidade de defeito é medida. Em caso de situação degradada, um "Relatório Flash" é emitido e desencadeia a passagem a duvidoso e determina a depreciação necessária.

No que respeita ao Retalho:

A selecção de riscos à concessão é fundada sobre um score atribuído em função dos diferentes parâmetros do dossier. Este score é reactualizado mensalmente em função dos acontecimentos significativos da vida do dossier. Em função deste score, o dossier é afectado a uma classe de risco. A cada classe de risco é associada uma probabilidade de defeito, calculada a partir dos defeitos constatados historicamente.

Para todas as classes de risco, o Banque PSA Finance estima uma perda em caso de defeito por segmento homogéneo de risco.

O Banque PSA Finance dispõe também de uma base de dados históricos que permitem apreciar por um lado, para os créditos são que apresentam um incobrado, a probabilidade da sua passagem a créditos duvidosos (probabilidade de defeito), por outro lado, a taxa de perdas médias dos créditos duvidosos actualizados às taxas efectivas do crédito. Esta base diz respeito a 8 países IRBA (França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Portugal, acompanhados pela Itália em 2010 e em 2011 pela Bélgica e Holanda.

Para cada um dos outros países IRBA:

- a probabilidade de defeito é seguida por cada um deles;
- as taxas de perdas médias de créditos duvidosos foi conseguida com a aplicação de uma proporção à média (ponderada pelas contas correntes) das taxas de perdas médias actualizadas dos 8 países IRBA. A proporção, para cada um deles, é a relação das suas próprias taxas de perdas sobre as entradas divididas pelas taxas de perdas sobre as entradas do cabaz de referência constituído pelos 8 países IRBA.

A Nota 2, parágrafo C6.4 descreve as metodologias de depreciação dos créditos de Retalho e Corporate.

Nota 33.3 – Informações sobre as entradas de pagamentos não depreciados

Para 2010

(em milhões de euros)	≤ 90 dias	> 90 dias ≤ 180 dias	> 180 dias ≤ 1 ano	> 1 ano	Total 31/12/2011
Créditos são com incobrados não depreciados	358	7	1	1	367

Para 2009

(em milhões de euros)	≤ 90 dias	> 90 dias ≤ 180 dias	> 180 dias ≤ 1 ano	> 1 ano	Total 31/12/2010
Créditos são com incobrados não depreciados	269	3	3	7	282

Os créditos corporate, desde que apresentem incobrados superiores a 90 dias, até mesmo 270 dias para as colectividades territoriais, não são classificadas em cobranças duvidosas já que os incobrados resultam de incidentes ou de litígios não associados a problemas de solvabilidade dos devedores.

Nota 34 – Outros elementos não operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010, os outros elementos não operacionais integram a mais valia de cessão do imóvel detido pela GIE Foncier Crédipar em Levallois atingindo os 23,6 milhões de euros. Após esta cessão, a GIE foi liquidada (cf. Nota 1 na estrutura do Grupo". Ao mesmo tempo, um contrato de aluguer do imóvel foi assinado junto do aquisidor sob a forma de arrendamento de 9 anos.

Nota 35 - Imposto sobre os lucros do exercício

35.1 – Evolução das posições do balanço

Para 2011

(em milhões de euros)	31.12.2010	Encargos	Capitais próprios	Regulamentos	Diferença de conversão e outros (1)	31.12.2011
Impostos correntes						
Activo	27	-	-	8	(27)	8
Passivo	(60)	(219)	-	216	29	(34)
Total	(33)	(219)	-	224	2	(26)
Impostos diferidos						
Activo	174	(16)	(1)	-	(8)	149
Passivo	(502)	55	-	-	6	(441)
Total	(328)	39	(1)	-	(2)	(292)

Para 2010

(em milhões de euros)	31.12.2010	Encargos	Capitais próprios	Regulamentos	Diferença de conversão e outros (1)	31.12.2011
Impostos correntes						
Activo	27	-	-	-	-	27
Passivo	(30)	(186)	-	156	-	(60)
Total	(3)	(186)	-	156	-	(33)
Impostos diferidos						
Activo	145	20	-	-	9	174
Passivo	(516)	26	(1)	-	(11)	(502)
Total	(371)	46	(1)	-	(2)	(328)

(1) A diferença de conversão deve-se à diferença entre a taxa de fecho aplicada nos balanços das sociedades fora da zona euro e as taxas médias mensais aplicadas mês a mês aos elementos de resultado destas mesmas sociedades.

35.2 – Encargo do imposto sobre os resultados das sociedades integradas

A carga do imposto corrente é igual aos montantes de impostos sobre os lucros entregues às administrações fiscais a título de exercício, em função das regras e das taxas de imposição em vigor nos diferentes países.

Certas diferenças entre os resultados fiscais das sociedades e os resultados incluídos em consolidação dão lugar à constatação de impostos diferidos. Estas diferenças resultam principalmente das regras retidas para a contabilização das operações de locação financeira e de aluguer de longa duração, e das depreciações dos créditos duvidosos.

Os impostos diferidos são determinados segundo o método contabilístico especificado no último parágrafo do capítulo A da nota 2 que trata da imposição diferida.

A taxa de base do imposto sobre as sociedades em França é de 33,33%.

A lei do financiamento da Segurança social nº 99-1140 de 29 de Dezembro de 1999 instaurou um complemento de imposição igual a 3,3% do imposto de base entregue; para as sociedades francesas a taxa legal de imposição encontra-se assim aumentada em 1,1%.

A 4ª lei das finanças rectificativas de 21 de Dezembro de 2011 instaurou um aumento excepcional de 5% do montante do imposto sobre as sociedades a título dos exercícios de 2011 e 2012, com uma taxa de imposição de 36,10%. Ela limitou igualmente a utilização dos défices reportados a 60% dos lucros taxados do exercício.

Os impostos diferidos passivos com vencimento em 2012 e os impostos diferidos activos sobre os défices, correspondem à parte do défice utilizável em 2012, foram reavaliados a esta nova taxa. O efeito líquido é um encargo de -3,6 milhões de euros.

26
26

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Impostos correntes		
Imposto sobre os lucros	(219)	(186)
Impostos diferidos		
Imposto diferidos do exercício	40	17
Activos sobre os défices não reconhecidos e perdas de valor	(1)	29
Total	(180)	(140)

Prova do imposto do grupo Banque PSA Finance

(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010
Resultado antes do imposto	534	534
Diferenças permanentes	6	(3)
Total tributável	540	531
Encargo de imposto teórico	(195)	(183)
<i>Taxa teórica</i>	36,100%	34,433%
Efeito das diferenças de taxas no estrangeiro	38	21
Efeito das variações de taxas no estrangeiro	2	-
Efeito das variações de taxas em França	(3)	-
Impostos diferidos activos:		
- Dotação por depreciação	(1)	-
- Retoma de depreciação (1)	-	29
Retorno da locação económica do imposto à PSA Peugeot Citroën	(3)	(3)
Reembolso do fisco espanhol (a título dos exercícios de 2006 e 2007).	-	3
Depreciação Crédito do imposto a receber do fisco italiano	(15)	-
Outros	(3)	(7)
Imposto real do grupo	(180)	(140)
<i>Taxas efectivas</i>	33,3%	26,3%

(1) O Banque PSA Finance tem do regularmente um resultado fiscal positivo permite-lhe absorver os impostos deficitários anteriores, a depreciação sobre os impostos diferidos activos mais antigos foi retomada em 2010.

Impostos diferidos de activos sobre deficits reportáveis

Para 2011

(em milhões de euros)	31/12/2010	Novos Deficits Gerais	Utilizações de défices	Retomas por depreciação	Diferenças de conversão e outros (1)	31/12/2011
Impostos diferidos activos sobre deficits reportáveis	121	2	(17)	-	(5)	101
Depreciações	-	-	-	(1)	-	(1)
Total	121	2	(17)	(1)	(5)	100

Para 2012

(em milhões de euros)	31/12/2010	Novos Deficits Gerais	Utilizações de défices	Retomas por depreciação	Diferenças de conversão e outros (1)	31/12/2011
Impostos diferidos activos sobre deficits reportáveis	101	17	(6)	-	9	121
Depreciações	(29)	-	3	26	-	-
Total	72	17	(3)	26	9	121

(1) O efeito de câmbio é devido à diferença entre taxas de fecho aplicadas nos balanços das sociedades fora da zona euro e as taxas médias mensais aplicadas mês a mês aos elementos de resultados destas mesmas sociedades.

NOTA 36- Informação sectorial

36.1 Principais postos do balanço

Para 2011

Actividades de financiamento								
(em milhões de euros)	Corporate redes	Retalho	Corporate e assimiladas	Elementos não repartidos	Seguros	Refinanciamento e colocações	Eliminações	Total em 31/12/2010
Activo								
Juros e créditos sobre retalho	6 840	15 984	1 490			639	(639)	24 314
Colocações			570	-	28	1 742	(1 136)	1 204
Juros e créditos sobre os estabelecimentos de crédito			1 352	6	74	20 191	(20 764)	859
Outros postos do Activo				1 111	54	1 846	(1 504)	1 507
TOTAL DO ACTIVO							(24 043)	27 884
Passivo								
Dívidas de refinanciamento	6 290	14 696	1 449	-	-	21 527	(22 088)	21 874
Dívidas sobre retalho	207	40	101	-		370	(376)	342
Provisões técnicas dos contratos de seguros					27			27
Outros postos do passivo				2 938	42	543	(1 579)	1 944
Capitais próprios (1)				2 090	64	1 543		3 697
TOTAL DO PASSIVO							(24 043)	27 884

Para 2010

Actividades de financiamento								
(em milhões de euros)	Corporate redes	Retalho	Corporate e assimiladas	Elementos não repartidos	Seguros	Refinanciamento e colocações	Eliminações	Total em 31/12/2009
Activo								
Juros e créditos sobre retalho	6 011	16 095	1 466			28	(189)	23 411
Colocações (2)			554	-	14	1 349	(1 129)	788
Juros e créditos sobre os estabelecimentos de crédito (2)			1 760	8	44	19 575	(19 996)	1 391
Outros postos do Activo				1 569	39	1 633	(1 969)	1 272
TOTAL DO ACTIVO							(23 283)	26 862
Passivo								
Dívidas de refinanciamento	5 603	15 002	1 366	-	2	20 174	(20 883)	21 264
Dívidas sobre retalho	223	39	79	-		336	(338)	339
Provisões técnicas dos contratos de seguros					17			17
Outros postos do Passivo				3 033	34	719	(2 062)	1 724
Capitais próprios (1)				1 976	23	1 519		3 518
TOTAL DO PASSIVO							(23 283)	26 862

As informações sectoriais são apresentadas antes da eliminação das operações recíprocas. As operações recíprocas inter e intra sectoriais são eliminadas na coluna «Eliminações».

(1) Os «Capitais próprios» são apresentados após eliminação dos títulos associados aos processos de consolidação. O que permite divulgar a contribuição de cada grande actividade de acumulação de reservas consolidadas do Grupo PSA Finance.

Na demonstração de resultados publicados em 31 de Dezembro de 2010, os resultados das sucursais que remontam naturalmente em capitais próprios da casa mãe na coluna "Refinanciamento e colocações", são no entanto afectadas em "Actividades de financiamento".

36.2 Elementos do Resultado

Para 2011

Actividades de financiamento									
(em milhões de euros)	Corpora te redes	Retalho	Corporate e assimiladas	Elementos não repartidos	Instrumentos financeiros de cobertura (3)	Seguros e serviços	Refinanciamento de colocações	Eliminações	Total em 31/12/2011
Juros líquidos sobre operações financeiras retalho (a custo amortizado) (1)	298	1 293	82	(15)	(79)		11	(6)	1 584
Juros e proventos líquidos de colocações	-	-	-	12		-	45	(29)	28
Custo líquido de refinanciamento (2) (3)	(181)	(742)	(58)	217	79	1	(89)	35	(738)
Ganho e perdas líquidas sobre operações de trading				(4)			1	-	(3)
Ganhos e perdas sobre activos financeiros disponíveis à venda							1		1
Margem sobre prestação de serviço de seguros						49		28	77
Margem sobre outras prestações de serviços						111	-	(28)	83
PROVEITO LÍQUIDO BANCÁRIO	117	551	24	210	-	161	(31)	-	1 032
Custo do risco	(8)	(107)	-						(115)
RESULTADO APÓS CUSTO DO RISCO	109	444	24	210	-	161	(31)	-	917
Encargos gerais de exploração e assimilados				(364)		(4)	(17)	-	(385)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES	109	444	24	(154)	-	157	(48)	-	532
Dos quais Seguros (nota 21.3.3)						46		28	74

Para 2010

Actividades de financiamento									
(em milhões de euros)	Corpora te redes	Retalho	Corporate e assimiladas	Elementos não repartidos	Instrumentos financeiros de cobertura (3)	Seguros e serviços	Refinanciamento de colocações	Eliminações	Total em 31/12/2011
Juros líquidos sobre operações financeiras retalho (a custo amortizado) (1)	253	1 310	85	1	(243)		(13)	5	1 398
Juros e proventos líquidos de colocações	-	-	-	8		-	24	(24)	8
Custo líquido de refinanciamento (2) (3)	(132)	(796)	(55)	165	243	-	(11)	19	(567)
Ganho e perdas líquidas sobre operações de trading				1			(1)	-	-
Ganhos e perdas sobre activos financeiros disponíveis à venda							-		-
Margem sobre prestação de serviço de seguros						29		16	45
Margem sobre outras prestações de serviços						132	-	(16)	116
PROVEITO LÍQUIDO BANCÁRIO	121	514	30	175	-	161	(1)	-	1 000
Custo do risco	(13)	(108)	(8)						(129)
RESULTADO APÓS CUSTO DO RISCO	108	406	22	175	-	161	(1)	-	871
Encargos gerais de exploração e assimilados				(345)		(3)	(16)	-	(364)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES	108	406	22	(170)	-	158	(17)	-	507
Dos quais Seguros (nota 21.3.3)						26		18	44

As informações sectoriais são apresentadas antes da eliminação das operações recíprocas. As operações recíprocas inter e intra sectoriais são eliminadas na coluna «Eliminações».

(1) Os Elementos não repartidos sobre este posto dizem respeito essencialmente as variações do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura e os elementos cobertos (ineficácia da cobertura segundo IAS 39) de +1,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 (+ 3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010);

(2) Os «Elementos não repartidos» sobre este posto corresponde à diferença entre o custo líquido de refinanciamento contabilístico e o custo teórico das contas correntes adoptada pelo controlo de gestão, que consiste a refinarçar na íntegra as contas correntes, sem considerar os passivos eventuais (capitais próprios e outros passivos líquidos) afim de permitir, segmento por segmento, uma análise comparativa das margens entre as diferentes sociedades do perímetro.

(3) De acordo com a política do Banque PSA Finance de cobrir o risco de taxas sobre os financiamentos retalho à taxa fixa, o resultado do juro resgatado pelas swaps de cobertura destes financiamentos é reportado na demonstração de resultados publicados em «Juros líquidos sobre operações financeiras com o retalho», na linha «Juros dos instrumentos financeiros de cobertura», não repartido por segmento. Pelo contrário, o reporting de gestão é o reflexo da pilotagem das filiais e das sucursais. Estes últimos sendo responsabilizados pelas taxas de entrada (fixa) dos financiamentos retalho e a margem que daí resulta, a sua gestão comunica um custo líquido de refinanciamento swapé (à taxa fixa). Em consequência, o resultado destas mesmas swaps é integrado pelo controlo de gestão no custo líquido de refinanciamento discriminadas por segmento. Isto explica a reclassificação de 79 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 entre «Custo líquido de refinanciamento» e «Juros líquidos sobre operações financeiras ao retalho» na coluna «Instrumentos financeiros de cobertura».

36.3 Zonas Geográficas

Principais postos do Balanço

(em milhões de euros)	Total do balanço		Juros e créditos retalho		Refinanciamento (1)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
França	10 864	9 967	8 868	8 410	17 151	16 584
Europa fora de França	14 636	14 987	13 473	13 379	3 121	3 498
- da qual Alemanha	3 532	4 077	3 225	3 444	1 336	1 201
- da qual Espanha	2 204	2 424	2 103	2 212	177	233
- da qual Itália	2 285	2 188	1 977	1 892	401	748
- da qual Reino Unido	2 598	2 379	2 458	2 216	210	287
Resto do mundo	2 384	1 908	1 973	1 622	1 602	1 182
Do qual o Brasil	1 749	1 484	1 430	1 285	1 298	1 062
TOTAL	27 884	26 862	24 314	23 411	21 874	21 264

(1) Os montantes de refinanciamento reagrupam as «Dívidas junto dos estabelecimentos de crédito» e as «Dívidas representadas por um título» das Notas 16 e 18. Trata-se do refinanciamento extremo do Grupo, efectuado na maioria pelo Banque PSA Finance.

Principais postos do Resultado

(em milhões de euros)	Juros e proveitos a custo amortizado		Proveito líquido bancário	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
França	521	521	375	384
Europa fora de França	835	858	538	513
- da qual Alemanha	229	242	144	142
- da qual Espanha	127	139	68	64
- da qual Itália	99	102	47	47
- da qual Reino Unido	155	164	84	89
Resto do mundo	263	212	119	103
Do qual o Brasil	195	175	79	74
TOTAL	1 619	1 591	1 032	1 000

(em milhões de euros)	Custo do risco		Resultado da operação	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
França	(35)	(50)	195	200
Europa fora de França	(63)	(74)	275	246
- da qual Alemanha	(10)	(11)	96	91
- da qual Espanha	(16)	(32)	20	1
- da qual Itália	(8)	(12)	11	9
- da qual Reino Unido	(5)	(1)	48	59
Resto do mundo	(17)	(5)	62	61
Do qual o Brasil	(13)	(2)	40	47
TOTAL	(115)	(129)	532	507

NOTA 37- Honorários dos Fiscais de Contas

	Ernst & Young		Mazars		Price WaterhouseCoopers	
(em milhões de euros)	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Auditoria						
Revisores Oficiais de Contas, certificação, exame das contas individuais						
- Emissor	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1
- Filiais Integradas globalmente	0,8	-	0,3	0,3	-	0,9
- da qual a França	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1
Outras diligências e prestações directamente associadas à missão dos Revisores Oficiais de Contas						
- Emissor	-	-	-	-	-	-
- Filiais Integradas globalmente	-	-	-	-	-	-
- da qual a França	-	-	-	-	-	-
Outras prestações prestadas às filiais integradas globalmente						
- Jurídica, fiscal e social	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	0,1
TOTAL	0,9	-	0,4	0,4	-	1,1

NOTA 38- Acontecimentos posteriores ao fecho

Emissão de um EMTN de 700 milhões de euros:

O Banque PSA Finance emitiu a 16 de Janeiro de 2012 um EMTN à taxa fixa (6%) com vencimento em Julho de 2014 de um montante de 700 milhões de euros. A operação foi subscrita 1,8 vezes com uma muito boa qualidade de carteira. Esta emissão vem confirmar a capacidade do Banque PSA Finance a aceder à liquidez apesar da volatilidade dos mercados financeiros. Ela inscreve-se na gestão equilibrada da sua liquidez e das suas necessidades, dos perfis de maturidade média da banca, com o sucesso das operações conduzidas em 2011.

Parceria existente na China:

No quadro do reforço da nossa parceria na China, o Banque Psa Finance (BPF, através da sua filial PSA Finance Nederland na Holanda, PFN) e DongFeng Motor Group (DFG) assinaram um acordo de cessão parcial da participação de BPF (PFN) na DongFeng Peugeot Citroën Auto Finance Co. (DPCAFC), a favor de DFG, com 25% do capital.

O resultado da validação desta operação pelas autoridades chinesas, que deverá intervir mi-2012, DFG tornar-se-á um novo accionista da DPCAFC, da qual a estrutura capitalista se repartirá como: 50% BPF (via PFN), 25% DFG, 25% DPCA, (DPCA: DongFeng Peugeot Citroën Automobile, Joint Venture: 50% PSA Peugeot Citroën / 50% DFG). A chegada do DFG ao capital de DPCAFC vai permitir acentuar ainda mais o reforço da cooperação entre a DPCA e a DPCAFC, visando assim a contribuir de maneira significativa ao progressão das partes do mercado das marcas Peugeot e Citroën e do BPF na China.

Nova parceria na China:

No quadro do desenvolvimento da actividade da PSA e do BPF na China, uma carta de intenção foi assinada em 20 de Janeiro de 2012 entre a CAPSA (joint venture entre Chang'Na e PSA), China South Industries Group Corporation (CSGF) e BPF (via PFN), que prevê a criação de um Auto Finance Company (AFC) detida a 50% pelo PFN e a 50% pelo CSGF, do qual o objectivo social será de financiar a rede de concessionários CAPSA assim como os compradores finais destes concessionários. A actividade desta AFC deverá arrancar no decorrer de 2013.

Não ocorreu, depois de 31 de Dezembro de 2011 e até 13 de Fevereiro de 2012, data do exame do exercício pelo Conselho de Administração, nenhum acontecimento susceptível de influenciar de maneira significativa as decisões económicas tomadas na base dos presentes estados financeiros.

JO NOTARIA

NOTA
UCINDA
21 466 79 47

JO LOZANO 2013